

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02101-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	3 - CNPJ 08.807.432/0001-10
4 - NIRE 3330028205-0		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Av. Emb. Abelardo Bueno, 199 - 6º		2 - BAIRRO OU DISTRITO Barra da Tijuca	
3 - CEP 22775-040	4 - MUNICÍPIO Rio de Janeiro		5 - UF RJ
6 - DDD 21	7 - TELEFONE 3311-9700	8 - TELEFONE -	9 - TELEFONE -
11 - DDD 21	12 - FAX 3311-9722	13 - FAX -	10 - TELEX -
15 - E-MAIL ri@estacioparticipacoes.com			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Fabio Sandri			
2 - ENDEREÇO COMPLETO Avenida Abelardo Bueno, 199 - 6º andar		3 - BAIRRO OU DISTRITO Barra da Tijuca	
4 - CEP 22775-040	5 - MUNICÍPIO Rio de Janeiro		6 - UF RJ
7 - DDD 21	8 - TELEFONE 3311-9700	9 - TELEFONE -	10 - TELEFONE -
12 - DDD 21	13 - FAX 3311-9722	14 - FAX -	11 - TELEX -
16 - E-MAIL ri@estacioparticipacoes.com			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2010	31/12/2010	3	01/07/2010	30/09/2010	4	01/10/2009	31/12/2009
9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Ernst & Young Auditores Independentes S.S					10 - CÓDIGO CVM 00471-5		
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Fernando Alberto S. de Magalhaes					12 - CPF DO RESP. TÉCNICO 054.835.508-89		

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 - TRIMESTRE ATUAL 30/09/2010	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/12/2009	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 30/09/2009
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	78.751	78.585	78.585
2 - Preferenciais	0	0	0
3 - Total	78.751	78.585	78.585
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	15.300	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	15.300	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA
Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO
Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO
Nacional Holding
4 - CÓDIGO ATIVIDADE
1380 - Educação
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL
Participação em outras sociedades
6 - TIPO DE CONSOLIDADO
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES
Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
----------	------------	---------------	--------------	------------------	------------------------------	-------------------------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMIÇÃO (Reais)
---------	--------------------------	--	---------------------------------------	-------------------------	---	---

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 11/11/2010	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10

08.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2010	4 - 31/12/2009
1	Ativo Total	729.691	686.318
1.01	Ativo Circulante	367.895	350.483
1.01.01	Disponibilidades	183.715	201.033
1.01.01.01	Disponibilidade e Valores Equivalentes	39.839	51.303
1.01.01.02	Investimentos de Curto Prazo	143.876	149.730
1.01.02	Créditos	154.726	126.752
1.01.02.01	Clientes	148.936	114.435
1.01.02.02	Créditos Diversos	5.790	12.317
1.01.02.02.01	Partes Relacionadas	252	205
1.01.02.02.02	Adiantamentos a Funcionários/Terceiros	4.743	11.201
1.01.02.02.03	Contas a Compensar - Sistema FIES	795	911
1.01.03	Estoques	0	0
1.01.04	Outros	29.454	22.698
1.02	Ativo Não Circulante	361.796	335.835
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	41.262	25.933
1.02.01.01	Créditos Diversos	0	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	3.018	2.676
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	3.018	2.676
1.02.01.03	Outros	38.244	23.257
1.02.02	Ativo Permanente	320.534	309.902
1.02.02.01	Investimentos	228	228
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	0	0
1.02.02.01.03	Outros Investimentos	228	228
1.02.02.02	Imobilizado	195.865	192.019
1.02.02.03	Intangível	124.441	117.655

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10

08.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2010	4 - 31/12/2009
2	Passivo Total	729.691	686.318
2.01	Passivo Circulante	138.303	163.143
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.719	4.721
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	18.020	17.624
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	13.136	15.994
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	30.533
2.01.06	Provisões	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	104.428	94.271
2.01.08.01	Salários e Encargos Sociais	89.691	59.128
2.01.08.02	Mensalidades Recebidas Antecipadamente	9.333	30.258
2.01.08.03	Outros	5.404	4.885
2.02	Passivo Não Circulante	75.101	71.742
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	75.101	71.742
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	4.779	849
2.02.01.02	Debêntures	0	0
2.02.01.03	Provisões	34.590	33.274
2.02.01.03.01	Provisões para Contingências	34.590	33.274
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	35.732	37.619
2.02.01.06.01	Parcelamento de Tributos	1.527	1.778
2.02.01.06.02	Adiantamento de Convênio	21.408	23.573
2.02.01.06.03	Obrigações com desmobilização de Ativos	12.595	12.265
2.02.01.06.04	Outros	202	3
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.04	Part. de Acionistas Não Controladores	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	516.287	451.433
2.05.01	Capital Social Realizado	298.014	295.237
2.05.02	Reservas de Capital	104.444	100.398
2.05.02.01	Reservas de Capital	104.741	100.398
2.05.02.02	Ações em Tesouraria	(297)	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	56.098	56.098
2.05.04.01	Legal	6.238	6.238
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10

08.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/09/2010	4 -31/12/2009
2.05.04.05	Retenção de Lucros	49.860	49.860
2.05.04.05.01	Retenção de Lucros	49.860	56.468
2.05.04.05.02	Ajustes de Adoção de Novas Práticas	0	(6.608)
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(542)	(300)
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	(542)	(300)
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	58.273	0
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2010 a 30/09/2010	4 - 01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/01/2009 a 30/09/2009
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	363.413	1.098.038	361.282	1.102.469
3.01.01	Receita de Mesalidades	357.801	1.084.583	357.110	1.088.756
3.01.02	Outras	5.612	13.455	4.172	13.713
3.02	Deduções da Receita Bruta	(113.914)	(334.343)	(109.936)	(338.075)
3.02.01	Gratuidades - Bolsas de Estudos	(98.677)	(289.406)	(92.915)	(285.357)
3.02.02	Devoluções de Mensalidades e Taxas	(2.041)	(3.437)	(678)	(2.336)
3.02.03	Descontos Concedidos	(2.654)	(9.333)	(5.569)	(17.879)
3.02.04	Impostos	(10.542)	(32.167)	(10.774)	(32.503)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	249.499	763.695	251.346	764.394
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(164.770)	(519.267)	(174.788)	(535.206)
3.05	Resultado Bruto	84.729	244.428	76.558	229.188
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(58.847)	(184.377)	(61.227)	(175.375)
3.06.01	Com Vendas	(15.727)	(60.033)	(17.533)	(52.849)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(49.990)	(142.097)	(48.440)	(139.875)
3.06.03	Financeiras	3.839	10.740	3.245	11.515
3.06.03.01	Receitas Financeiras	8.389	23.344	7.094	23.440
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(4.550)	(12.604)	(3.849)	(11.925)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	3.036	8.085	1.504	5.937
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(5)	(1.072)	(3)	(103)
3.06.05.01	Amortização de Ágio	0	0	0	0
3.06.05.02	Resultado das Atividades não continuadas	(5)	(1.072)	(3)	(103)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	25.882	60.051	15.331	53.813
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	25.882	60.051	15.331	53.813

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2010 a 30/09/2010	4 - 01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/01/2009 a 30/09/2009
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(809)	(1.778)	(275)	(1.382)
3.11	IR Diferido	0	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.14	Part. de Acionistas Não Controladores	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	25.073	58.273	15.056	52.431
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	63.451	63.451	78.585	78.585
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,39516	0,91839	0,19159	0,66719
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2010 a 30/09/2010	4 - 01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/01/2009 a 30/09/2009
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	27.822	44.089	27.282	92.508
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	41.123	115.939	36.194	116.606
4.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício/Período	25.073	58.273	15.056	52.431
4.01.01.02	Depreciação e Amortização	8.001	23.129	10.344	30.676
4.01.01.03	Valor Residual Baixado do Imobilizado	5	1.364	19	2.332
4.01.01.04	Amortização de Agio	0	0	0	0
4.01.01.05	Provisão para Devedores Duvidosos	6.296	26.392	8.132	23.799
4.01.01.06	Opções Outorgadas	1.357	4.258	914	3.002
4.01.01.07	Provisão para Contingência	554	2.892	1.729	4.366
4.01.01.08	Jrs. S/ Empréstimos a Soc. Controladas	(163)	(369)	0	0
4.01.01.09	Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(13.301)	(71.850)	(8.912)	(24.098)
4.01.02.01	Aumento em Contas a Receber	(1.863)	(51.628)	981	(35.827)
4.01.02.02	Aumento em Outros Ativos	2.539	(9.474)	422	2.379
4.01.02.03	Aumento em Fornecedores	2.092	396	(2.537)	(5.223)
4.01.02.04	Aumento em Obrig. Tributárias	1.012	(2.751)	441	(7.391)
4.01.02.05	Aumento em Salário e Encargos Sociais	1.153	30.563	158	39.061
4.01.02.06	Aumento Mensalidades rec Antecipadamente	(13.804)	(20.925)	(1.543)	1.709
4.01.02.07	Aumento Prov. para Contingência	(3.030)	(13.228)	(3.705)	(7.062)
4.01.02.08	Aumento em Outros Passivos	141	360	1.302	(3.333)
4.01.02.09	Aumento Adiantamento Convênios	(722)	(2.165)	(708)	(2.106)
4.01.02.10	Aumento Ativo não circulante	(845)	(3.300)	(225)	(225)
4.01.02.11	Aumento Contas a Receber (P.R.)	26	(28)	(3.498)	(6.280)
4.01.02.12	Aumento Contas a Pagar (P.R.)	0	0	0	0
4.01.02.13	Provisão com obrigações desmobilização d	0	330	0	200
4.01.03	Outros	0	0	0	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(22.628)	(29.186)	(13.338)	(47.229)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/07/2010 a 30/09/2010	4 -01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 30/09/2009 a 30/09/2009
4.02.01	Aplicação Financeira	(2.265)	5.854	117	(11.995)
4.02.02	Ágio Aquisição de Part. Acionárias	85	85	0	0
4.02.03	Imobilizado	(16.870)	(26.498)	(19.710)	(26.490)
4.02.04	Intangível - Outros	(3.578)	(8.297)	6.255	(8.544)
4.02.05	Custos líquido com desmobilização	0	(330)	0	(200)
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	4.203	(26.125)	(1.344)	(22.636)
4.03.01	Aumento de Capital	208	2.777	0	0
4.03.02	Dividendos Distribuidos	0	(30.533)	0	(17.866)
4.03.03	Ajustes de Adoção de Novas Práticas	0	0	0	0
4.03.04	Pagto de Empréstimos e Financiamentos	0	0	0	0
4.03.05	Ações em Tesouraria	(15)	(297)	0	0
4.03.06	Aquisição de empréstimos	4.010	1.928	(1.344)	(4.770)
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	(275)	(242)	(253)	(838)
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	9.122	(11.464)	12.347	21.805
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	30.717	51.303	47.588	38.130
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	39.839	39.839	59.935	59.935

Data-Base - 30/09/2010

IFRS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10

11.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/07/2010 a 30/09/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAValiaÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - PARTICIPAÇÃO TOTAL DOS CONTROLADORES	10 - PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	11 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	297.806	103.017	0	56.098	33.200	(267)	489.854	0	489.854
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.02.01	Mudanças em políticas contábeis	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	297.806	103.017	0	56.098	33.200	(267)	489.854	0	489.854
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	25.073	0	25.073	0	25.073
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	(275)	(275)	0	(275)
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	(275)	(275)	0	(275)
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	208	0	0	0	0	0	208	0	208
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	1.357	0	0	0	0	1.357	0	1.357
5.09.01	Opções Outorgadas	0	1.357	0	0	0	0	1.357	0	1.357
5.10	Ações em Tesouraria	0	(15)	0	0	0	0	(15)	0	(15)
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	85	0	0	0	0	85	0	85
5.12.01	Ágio na emissão de ações	0	85	0	0	0	0	85	0	85
5.13	Saldo Final	298.014	104.444	0	56.098	58.273	(542)	516.287	0	516.287

Data-Base - 30/09/2010

IFRS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10

11.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2010 a 30/09/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAValiaÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - PARTICIPAÇÃO TOTAL DOS CONTROLADORES	10 - PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	11 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	295.237	100.398	0	62.706	0	(300)	458.041	0	458.041
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	(6.608)	0	0	(6.608)	0	(6.608)
5.02.01	Mudanças em políticas contábeis	0	0	0	(6.608)	0	0	(6.608)	0	(6.608)
5.03	Saldo Ajustado	295.237	100.398	0	56.098	0	(300)	451.433	0	451.433
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	58.273	0	58.273	0	58.273
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	(242)	(242)	0	(242)
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	(242)	(242)	0	(242)
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	2.777	0	0	0	0	0	2.777	0	2.777
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	4.258	0	0	0	0	4.258	0	4.258
5.09.01	Opções Outorgadas	0	4.258	0	0	0	0	4.258	0	4.258
5.10	Ações em Tesouraria	0	(297)	0	0	0	0	(297)	0	(297)
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	85	0	0	0	0	85	0	85
5.13	Saldo Final	298.014	104.444	0	56.098	58.273	(542)	516.287	0	516.287

02101-6

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1 Contexto operacional

A Estácio Participações S.A. ("Estácio" ou "Companhia") é uma sociedade anônima com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, constituída por subscrição particular de ações em 31 de março de 2007, e tem como atividades preponderantes o desenvolvimento e/ou administração de atividades e/ou instituições nas áreas de educação de nível superior, educação profissional e/ou outras áreas associadas à educação, a administração de bens e negócios próprios, e a participação, como sócio ou acionista, em outras sociedades simples ou empresárias, no Brasil e no exterior.

2 Base de preparação e apresentação das Informações Trimestrais Consolidadas – ITR

As informações trimestrais consolidadas da Companhia para os períodos findos em 30 de setembro de 2010 e de 2009 e para o exercício findo 31 de dezembro de 2009 incluem as informações trimestrais da Companhia e de suas controladas.

As informações trimestrais consolidadas da Companhia foram preparadas em observância das Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e que são efetivas para as informações trimestrais do período findo em 30 de setembro de 2010.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

A divulgação destas informações trimestrais foi autorizada pela Diretoria em 10 de novembro de 2010.

02101-6

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As demonstrações financeiras interinas consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes sociedades controladas, cuja participação na data do balanço é assim resumida:

	30/09/2010	31/12/2009	
	Direta	Direta	Indireta
Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá LTDA ("SESES")	100%	100%	
Sociedade de Ensino Superior do Pará LTDA ("SESPA")	(a)	100%	
Sociedade de Ensino Superior do Ceará LTDA ("SESCE")	(a)	100%	
Sociedade de Ensino Superior de Pernambuco LTDA ("SESPE")	(a)	100%	
Sociedade Tecnopolitana da Bahia LTDA ("STB")	(a)	100%	
Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental LTDA ("IREP")	100%	100%	
Faculdade Radial de Curitiba Sociedade LTDA ("RADIAL")	(a)		100%
Sociedade Interlagos de Educação e Cultura LTDA ("FINTEC")	(a)		100%
Instituto Euro-Latino-Americano de Cultura e Tecnologia LTDA (EUROPAN")	(a)		100%
Faculdade Brasília de São Paulo LTDA ("Brasília")	(a)		100%
União Cultural e Educacional Magister LTDA ("UNICEM")	(a)		100%
Sociedad de Enseñanza Superior SA ("SESSA")	100%	100%	
Sociedade de Ensino Superior de Sergipe LTDA ("SESSE")	(a)	100%	
Sociedade de Ensino Superior de Alagoas LTDA ("SESAL")	(a)	100%	
Unidade Nacional de Educação e Cultura LTDA ("UNEC")	(a)	100%	
Sociedade de Ensino Superior do Amapá LTDA ("SESAP")	(a)	100%	
Maria Montessori Educação e Cultura LTDA ("Montessori")	(a)		100%
Cultura e Educação de Cotia Ltda ("Cotia")	(a)		100%
Unidade de Ensino Superior Montessori de Ibiuna S/C ("Unissori")	(a)		100%

(a) Em 29 de março de 2010 e em 30 de junho de 2010 foi assinado Protocolo de Justificação de Incorporação, pela IREP, dos patrimônios líquidos das controladas acima indicadas. Esta incorporação teve por escopo simplificar controles e reduzir custos administrativos e operacionais, gerando eficiência no fluxo de informações e gestão das instituições. Em decorrência da incorporação as empresas incorporadas foram extintas e sucedidas pela IREP em todos os seus direitos, bens e obrigações.

O período de abrangência das demonstrações contábeis das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no período anterior.

As subsidiárias são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e continuam sendo consolidadas até a data que cessa tal controle.

Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos de contas correntes e outras, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as sociedades consolidadas;
- Eliminação dos efeitos decorrentes das transações significativas realizadas entre as sociedades consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das sociedades consolidadas; e

02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10
---------	----------------------------	--------------------

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as sociedades consolidadas.

02101-6

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

3. Primeira adoção das novas práticas contábeis (IFRS)

A Companhia apresentava suas informações trimestrais individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incorporavam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.641/09 complementadas pelos pronunciamentos do CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e de normas da CVM até 31 de dezembro de 2008, as quais incluíam a adoção dos CPC nº 1 ao nº 14.

Conforme estabelecido no IFRS 1, os padrões internacionais e/ou as alterações nas práticas foram implementados retroativamente a 1º de janeiro de 2009. Dessa forma, as informações trimestrais consolidadas do exercício ou período anterior, originalmente divulgadas, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas de acordo com esses novos padrões para fins de comparação.

a) Isenções à aplicação retrospectiva adotadas pela Companhia:

Na preparação dessas informações trimestrais consolidadas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva das novas práticas contábeis que descrevemos abaixo, seguindo as prerrogativas do IFRS 1 .

Isenções da aplicação retrospectiva:

- ✓ combinação de negócios - a Companhia aplicou a isenção de combinação de negócios, assim sendo, não reapresentou as combinações de negócios que ocorreram antes de 1º de janeiro de 2009, data de transição.

As demais isenções constantes no IFRS 1, não se aplicam à Companhia em face dos motivos a seguir mencionados:

- ✓ benefício a empregados - a Companhia não patrocina planos de pensão e outros benefícios pós-emprego.
- ✓ Arrendamentos – a Companhia optou por revisar os contratos considerando os fatos e circunstâncias na data de transição. Não foram identificados impactos uma vez que as práticas adotadas anteriormente pela Companhia e os IFRS já estavam alinhados.

02101-6

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- ✓ Pagamento baseado em ações – o tratamento contábil das opções de ações concedidas pela Companhia em períodos anteriores não sofreram impactos, uma vez que as práticas adotadas anteriormente e os IFRS já estavam alinhados.
- ✓
- ✓ Ativos e passivos de controladas – a adoção inicial das novas práticas foi aplicada concomitantemente e de forma consistente em todas as controladas do Grupo.
- ✓ Instrumentos financeiros compostos – não há operações envolvendo esse tipo de instrumento financeiro.
- ✓ Passivos decorrentes de desativação incluídos no custo do ativo imobilizado – não houve mudanças específicas nos passivos decorrentes de desativação em data anterior a data de transição e até a data das demonstrações financeiras.
- ✓ Ativos financeiros e ativos intangíveis contabilizados de acordo com o IFRIC 12 - Contratos de concessão – a Companhia não possui contratos de concessão.
- ✓ Custo atribuído ao ativo imobilizado - a Companhia optou por não remensurar seus ativos imobilizados na data de transição pelo valor justo, optando por manter o custo de aquisição adotado no BRGAAP como valor do imobilizado

Ao mesmo tempo em que o IFRS 1, prevê isenções voluntárias de ajuste também proíbe expressamente o ajuste de determinadas transações na primeira adoção, uma vez que a respectiva aplicação nessas áreas exigiria que a administração efetuasse análises de condições passadas, após o resultado das respectivas transações. As exceções obrigatórias contemplam:

- ✓ Contabilização de baixa de ativos e passivos financeiros: a Companhia não efetuou ajustes retrospectivos em seus ativos e passivos financeiros.
- ✓ Registro de operações de hedge: a Companhia não possuía qualquer operação classificada como hedge na data de transição.
- ✓ Mudanças nas estimativas: as estimativas adotadas na transição são consistentes com as estimativas adotadas pelos critérios contábeis anteriores.
- ✓ Operações descontinuadas: a Companhia não possuía qualquer operação descontinuada, na data de transição.

b) Comparação das demonstrações financeiras ajustadas às novas práticas contábeis e aquelas divulgadas originalmente

02101-6

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em atendimento aos requerimentos de divulgação, a Companhia está apresentando abaixo uma breve descrição e os valores correspondentes no resultado e no patrimônio líquido referentes a esses efeitos:

	Lucro líquido		Patrimônio líquido	
	30/9/2010	30/9/2009	30/9/2010	31/12/2009
Saldos antes dos efeitos das novas práticas contábeis	51.799	53.445	516.422	458.041
Depreciação – Redefinição de vida útil remanescente	7.734		7.733	
Depreciação – Provisão para desmobilização	(1.086)	(1.038)	(8.052)	(6.966)
Impostos diferidos	(174)	24	184	358
Saldos após dos efeitos das novas práticas contábeis	58.273	52.431	516.287	451.433

b.1) Reconciliação do balanço patrimonial consolidado da Companhia em 1º de janeiro de 2009 ("Data de Transição")

	BRGAAP	Ajuste	IFRS
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	38.130		38.130
Títulos e valores mobiliários	164.077		164.077
Contas a receber	101.822		101.822
Contas a compensar - Sistema FIES	2.253		2.253
Adiantamentos a funcionários / terceiros	9.094		9.094
Partes relacionadas	176		176
Despesas antecipadas	2.913		2.913
Outros	14.454		14.454
	332.919		332.919
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Despesas antecipadas	2.983		2.983
Depósitos judiciais (iv)	749	9.977	10.726
Outros (ii)		252	252
	3.732	10.229	13.961
Investimentos			
Em controladas			
Outros	233		233
	233		233
Imobilizado (i)	190.738	6.482	197.220

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Intangível	106.863		106.863
	297.834	6.482	304.316
Total do ativo não circulante	301.566	16.459	318.277
Total do ativo	634.485	16.711	651.196

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	BRGAAP	Ajuste	IFRS
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	6.735		6.735
Fornecedores	24.396		24.396
Salários e encargos sociais	56.205		56.205
Obrigações tributárias	16.806		16.806
Mensalidades recebidas antecipadamente	29.147		29.147
Parcelamento de tributos	1.484		1.484
Dividendos a pagar	17.866		17.866
Compromissos a pagar	1.500		1.500
Outros	3.782		3.782
	157.921		157.921
Não circulante			
Exigível a longo prazo			
Empréstimos e financiamentos	4.838		4.838
Provisão para contingências (iv)	20.166	9.977	30.143
Adiantamento de convênio	26.460		26.460
Parcelamento de tributos	4.025		4.025
Provisão com obrigações desmobilização de Ativos (i)		12.065	12.065
Total do passivo não circulante	55.489	22.042	77.531
Patrimônio líquido			
Capital social	295.237		295.237
Reservas de capital	96.482		96.482
Reservas de lucros (iii)	28.959	(5.331)	23.628
Ajustes de avaliação patrimonial	397		397
	421.075	(5.331)	415.744
	634.485	16.711	651.196

- (i) Registro da provisão para desmobilização. Em 1º de janeiro de 2009 a obrigação relacionada aos compromissos de desmobilização monta a R\$ 12.065. A contrapartida desta obrigação foi o ativo fixo onde foi registrada a provisão para desmobilização de R\$ 12.065 e a respectiva depreciação acumulada até 1º de janeiro de 2009 no montante de R\$ 5.583.
- (ii) Registro dos efeitos fiscais relacionados aos ajustes decorrentes da adoção de novas práticas contábeis. O efeito fiscal foi determinado com base na alíquota efetiva que a Administração espera ser aplicável à Companhia quando da realização das diferenças existentes entre as bases contábil e fiscal.
- (iii) Todos os ajustes relacionados a adoção de novas práticas, como descrito em (i), (ii) e (iv) acima tiveram como contrapartida as reservas de lucros.

02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10
---------	----------------------------	--------------------

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (iv) Os depósitos judiciais vinculados a processos provisionados passam a ser divulgados separadamente

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b.2) Reconciliação do balanço patrimonial consolidado da Companhia em 31 de dezembro de 2009

	Consolidado	
	31/12/2009 (originalmente emitida)	31/12/2009
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	51.303	51.303
Títulos e valores mobiliários	149.730	149.730
Contas a receber	117.982	117.982
Contas a compensar - Sistema FIES	911	911
Adiantamentos a funcionários / terceiros	11.201	11.201
Partes relacionadas	205	205
Despesas antecipadas	4.220	4.220
Outros	14.931	14.931
	<u>350.483</u>	<u>350.483</u>
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Despesas antecipadas	2.195	2.195
Partes Relacionadas	2.676	2.676
Depósitos judiciais(iii)	2.314	20.703
Outros (ii)		359
	<u>7.185</u>	<u>25.933</u>
Investimentos		
Em controladas		
Outros	228	228
	<u>228</u>	<u>228</u>
Imobilizado (i)		
Intangível	186.721	192.019
	<u>117.655</u>	<u>117.655</u>
	304.604	309.902
	<u>311.789</u>	<u>335.835</u>
Total do ativo não circulante		
Total do ativo	<u>662.272</u>	<u>686.318</u>

02101-6

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado		
	31/12/2009 (originalmente emitida)	Ajuste	31/12/2009
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	4.721		4.721
Fornecedores	17.624		17.624
Salários e encargos sociais	59.128		59.128
Obrigações tributárias	15.526		15.526
Mensalidades recebidas antecipadamente	30.258		30.258
Parcelamento de tributos	468		468
Dividendos a pagar	30.533		30.533
Compromissos a pagar	1.321		1.321
Outros	3.564		3.564
	163.143		163.143
Não circulante			
Exigível a longo prazo			
Empréstimos e financiamentos	849		849
Provisão para contingências(iii)	14.885	18.389	33.274
Adiantamento de convênio	23.573		23.573
Parcelamento de tributos	1.778		1.778
Provisão com obrigações desmobilização de Ativos (i)		12.265	12.265
Outros	3		3
Total do passivo não circulante	41.088	30.654	71.742
Patrimônio líquido			
Capital social	295.237		295.237
Reservas de capital	100.398		100.398
Reservas de lucros (iv)	62.706	(6.608)	56.098
Ajustes de avaliação patrimonial	(300)		(300)
	458.041	(6.608)	451.433
Total do passivo e patrimônio líquido	662.272	24.046	686.318

- (i) Registro da provisão para desmobilização. Em 31 de dezembro de 2009 a obrigação relacionada aos compromissos de desmobilização monta a R\$ 12.265. A contrapartida desta obrigação foi o ativo fixo onde foi registrada a provisão para desmobilização de R\$ 12.265 e a respectiva depreciação acumulada até 1º de janeiro de 2009 no montante de R\$ 6.967.
- (ii) Registro dos efeitos fiscais relacionados aos ajustes decorrentes da adoção de novas práticas contábeis. O efeito fiscal foi determinado com base na alíquota efetiva que a Administração espera ser aplicável à Companhia quando da realização das diferenças existentes entre as bases contábil e fiscal.
- (iii) Os depósitos judiciais vinculados a processos provisionados passam a ser divulgados separadamente

02101-6

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (iv) Todos os ajustes relacionados a adoção de novas práticas, como descrito em (i), (ii) e (iv) acima tiveram como contrapartida as reservas de lucros.

b.3) Reconciliação da demonstração de resultado consolidada da Companhia do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009

	BRGAAP	Ajuste	IFRS
Receita bruta das atividades			
Graduação	898.169		898.169
Politécnico	162.949		162.949
Especialização	27.638		27.638
Outras	13.713		13.713
	<u>1.102.469</u>		<u>1.102.469</u>
Deduções da receita bruta			
Gratuidades - bolsas de estudo	(285.357)		(285.357)
Devolução de mensalidades e taxas	(2.336)		(2.336)
Descontos concedidos	(17.879)		(17.879)
Impostos	(32.503)		(32.503)
	<u>(338.075)</u>		<u>(338.075)</u>
Receita líquida das atividades	<u>764.394</u>		<u>764.394</u>
Custos diretos dos serviços prestados (i)	<u>(534.573)</u>	<u>(633)</u>	<u>(535.206)</u>
Lucro bruto	<u>229.821</u>	<u>(633)</u>	<u>229.188</u>
(Despesas) receitas das operacionais			
Despesas Comerciais	(52.849)		(52.849)
Gerais e administrativas (i)	(139.470)	(405)	(139.875)
Receitas financeiras	23.440		23.440
Despesas financeiras	(11.925)		(11.925)
Outras receitas operacionais	5.937		5.937
Resultado das atividades não continuadas	(103)		(103)
	<u>(174.970)</u>	<u>(405)</u>	<u>(175.375)</u>
Lucro operacional e antes da contribuição social e do imposto de renda	<u>54.851</u>	<u>(1.038)</u>	<u>53.813</u>
Contribuição social (ii)	(374)	6	(368)
Imposto de renda (ii)	(1.032)	18	(1.014)
Lucro líquido do exercício	<u>53.445</u>	<u>(1.014)</u>	<u>52.431</u>

- (i) Representa a estimativa inicial de custo de desmontagem e remoção dos equipamentos e benfeitorias em imóveis de terceiros e correspondente restauração do local no qual está localizado.
- (ii) A depreciação usada para determinar o lucro tributável (prejuízo fiscal) é diferente daquela usada para determinar o lucro contábil. A diferença temporária é a diferença entre o valor contábil do ativo e sua base fiscal, representada pelo custo original do ativo menos todas as deduções referentes aquele ativo permitidas pelas autoridades tributárias para determinar o lucro tributável dos períodos corrente e anteriores. A diferença temporária resultou em passivo fiscal diferido, em decorrência do fato da depreciação para fins fiscais ser acelerada quando comparada com a depreciação contábil.

02101-6

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4 Sumário das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se o seguinte:

- ▶ As receitas das atividades é reconhecidas quando da prestação dos serviços correlatos;
- ▶ O custo dos serviços prestados é reconhecido quando incorrido na prestação dos serviços correlatos;
- ▶ As despesas e receitas operacionais são reconhecidas quando incorridas.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do período.

(c) Títulos e valores mobiliários

A Companhia classifica suas aplicações financeiras na categoria de mantidas para negociação, considerando o propósito para qual o investimento foi adquirido.

As aplicações financeiras mantidas para negociação são mensuradas pelo seu valor justo. Os juros, variação monetária e cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(d) Contas a receber e mensalidades antecipadas

As contas a receber são decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e não incluem montantes de serviços prestados após as datas dos balanços. Os serviços faturados, e ainda não prestados nas datas dos balanços, são contabilizados como mensalidades recebidas antecipadamente e são reconhecidos no respectivo resultado do período de acordo com o regime de competência.

As contas a receber - Sistema FIES, estão representadas pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto a Caixa Econômica Federal - CEF, sendo os recursos financeiros repassados mensalmente pela CEF em conta corrente bancária específica. O referido montante tem sido utilizado exclusivamente para pagamento das contribuições previdenciárias retidas (INSS sobre salários) dos funcionários da Companhia.

(e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É apresentada como redução das contas a receber e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber decorrentes de mensalidades e de cheques a receber, considerando os riscos envolvidos.

02101-6

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(f) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

A depreciação de bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 8 que levam em consideração a vida útil econômica desses bens. A amortização das benfeitorias em imóveis alugados é calculada com base nos respectivos prazos dos contratos de locação. Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do período em que o ativo for baixado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

(g) Intangível

É avaliado ao custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são compostos de: (i) ágio registrado na aquisição de participação acionária que tem fundamento econômica a rentabilidade futura, foi amortizado no prazo e na extensão das projeções de resultados que o determinaram até 31 de dezembro de 2008 e (ii) softwares e licenças de uso, os quais são amortizados levando em conta uma vida útil estimada de 5 anos; e (iii) desenvolvimento de ativos intangíveis, que são mensurados ao custo de formação e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém são submetidos a teste anual para análise de perda no seu valor recuperável.

02101-6

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(h) Redução ao valor recuperável de ativos

A Companhia analisou o valor contábil líquido dos ativos imobilizado e intangível com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deteriorização, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Com base nas análises efetuadas, não foram identificadas evidências que requerem ajustes para perda por redução de seu valor de recuperação.

(i) Arrendamento mercantil

▶ Arrendamento financeiro A

Os contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a Nota 10. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método de custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

▶ Arrendamento operacional A

São reconhecidos no resultado do exercício pelos pagamentos efetuados em base linear durante o prazo do contrato, obedecendo o regime de competência dos exercícios.

(j) Provisão para contingências

A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A Companhia e suas subsidiárias também estão sujeitas a várias reivindicações, legais, cíveis e trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advêm do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia e de suas subsidiárias é baseado na opinião de seus consultores legais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

02101-6

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(k) Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. Alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor, sendo estimados na medida em que são incorridos e registrados por meio de provisão. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas da Administração quanto ao risco envolvido.

(l) Tributação

As controladas que aderiram ao PROUNI gozam de isenção, pelo período de vigência do termo de adesão, com relação aos seguintes tributos federais:

- ▶ IRPJ e CSLL, instituída pela Lei nº 7.689 de 15 de dezembro de 1988;
- ▶ COFINS, instituída pela Lei Complementar nº 70 de 30 de dezembro de 1991; e
- ▶ PIS, instituída pela Lei Complementar nº 7 de 7 de setembro de 1970.

As isenções acima mencionadas recaem sobre o valor da receita auferida em decorrência da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação e cursos sequenciais de formação específica. Ainda em decorrência da alteração da forma jurídica para sociedade empresária, os seguintes eventos passaram a ocorrer a partir de outubro de 2005 para determinadas controladas e fevereiro de 2007 para a Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES"):

- (i) Término da imunidade tributária no âmbito do Imposto sobre Serviços ("ISS"); e
- (ii) Perda da isenção de 100% da cota patronal do Instituto Nacional de Seguridade Social ("INSS"), arcando com o ônus da mesma em bases escalonadas como previsto na legislação do PROUNI (20% no 1º ano, 40% no 2º ano até 100% no 5º ano) – SESES.

A Estácio Participações S.A. não goza das isenções advindas do PROUNI e apura normalmente os tributos federais.

02101-6

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

IRPJ e CSLL

O imposto de renda e a contribuição social correntes foram apurados considerando os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal, especificamente ao PROUNI, que permite que esses tributos não sejam recolhidos sobre o lucro de exploração das atividades de graduação tradicional e tecnológica e sejam transformados em reserva de lucro.

PIS e COFINS

As regras do PROUNI definem que estão isentas de recolhimento do PIS e da COFINS as receitas oriundas das atividades de graduação tradicional e tecnológica. Para as receitas das demais atividades de ensino, incide o PIS e a COFINS às alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas a ensino, incide o PIS à alíquota de 1,65% e a COFINS à 7,6%.

(m) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos, em sua totalidade, sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas Informações Trimestrais. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não serão reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das Informações Trimestrais e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados.

(n) Pagamento baseado em ações

O valor justo dos respectivos instrumentos patrimoniais é calculado na data da outorga dos programas de subscrições e opções de compra de ações com base em modelos de precificação usualmente adotados pelo mercado. Estes modelos são calculados utilizando-se premissas tais como valor de mercado da ação, preço de exercício da opção, volatilidade do preço das ações da Companhia e da Controlada, taxa de juros livre de risco, prazo de vigência do contrato (*"vesting period"*) e expectativa de desistência/cancelamento. Os custos de remuneração atrelados a estes programas são registrados no resultado operacional, na rubrica "opções outorgadas reconhecidas", no grupo de despesas gerais e administrativas, de acordo com os períodos de liberação para exercício das opções definidos nos programas e descritos na Nota 22 (b).

02101-6

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(o) Uso de estimativas

Na elaboração das informações trimestrais é necessário utilizar estimativas e julgamentos para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Dentre as premissas e estimativas com risco de impacto material em ativos e passivos estão aquelas referentes às vidas úteis do ativo imobilizado, o retorno dos benefícios a serem auferidos com os ativos intangíveis, as provisões para perdas em contas a receber de clientes, às provisões necessárias para riscos relacionados a reclamações judiciais e/ou administrativas, a mensuração do valor do benefício concedido através do plano de opção de compra de ações, do valor justo dos instrumentos financeiros, à determinação de provisão para imposto de renda e outras similares. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias, as quais apesar de refletirem a melhor estimativa e julgamento possível por parte da Administração da Companhia e controladas, podem apresentar variações em relação aos dados e valores efetivos, quando realizados. Mudanças nas estimativas contábeis são reconhecidas no período em que a estimativa é revisada.

(p) Demonstrações dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com IAS 7.

As demonstrações de fluxos de caixa refletem as modificações no caixa que ocorreram nos períodos apresentados utilizando o método indireto. Os termos utilizados na demonstração do fluxo de caixa são os seguintes:

- ▶ Atividades operacionais: São as principais atividades geradoras de receita da Companhia e suas controladas e outras atividades que não sejam atividades de investimento ou de financiamento;
- ▶ Atividades de investimento: São as atividades relativas a aquisição e alienação de ativos a longo prazo e outros investimentos não incluídos em atividades operacional e de financiamento; e
- ▶ Atividades de financiamento: São as atividades que tem como consequência alterações na dimensão e composição do capital próprio e nos empréstimos obtidos pela Companhia e suas controladas.

(q) Lucro líquido por ação

Conforme Norma Internacional (IAS 33) o lucro líquido é calculado e apresentado no formato básico e diluído, conforme descrito na Nota 23.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

5 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

	30/9/2010	31/12/2009	1/1/2009
Caixa e bancos	19.936	32.360	35.686
Aplicações financeiras	19.903	18.943	2.444
	39.839	51.303	38.130
Títulos Públicos Federais (LFT)		15	62.731
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	53.163	32.240	69.320
Debêntures de Instituições Financeiras	71.132	82.877	32.026
Depósitos a prazo com Garantia Especial	19.581	34.598	
	143.876	149.730	164.077
Total	183.715	201.033	202.207

O fundo de investimento exclusivo e outras aplicações financeiras oferecem liquidez diária. O fundo de investimento exclusivo em 30 de setembro de 2010 era composto de depósitos bancários (22%), debêntures de instituições financeiras (65%) e depósitos a prazo com garantia especial (13%). O fundo é administrado por terceiros que seguem as políticas de investimentos determinadas pela Companhia. As taxas de remuneração variam entre 100% e 114% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Em 30 de setembro de 2010, a taxa do CDI era de 10,61% a.a.

Com base nas demonstrações financeiras do fundo exclusivo os investimentos são classificados como cotas de fundo lastreadas por títulos para negociação, avaliados a valor de mercado, cujos rendimentos são refletidos nas receitas financeiras.

6 Contas a receber

	30/9/2010	31/12/2009	1/1/2009
FIES	17.467	2.270	2.476
Mensalidades de alunos	215.643	177.742	197.438
Cheques a receber	16.207	16.257	13.002
Cartões de crédito a receber	11.777	2.666	653
Taxas a receber	2.920	881	798
Créditos a identificar	(7.755)	(3.052)	(9.424)
Provisão para devedores duvidosos	(107.323)	(78.782)	(103.121)

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

148.936 117.982 101.822

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	30/9/2010	%	31/12/2009	%	1/1/2009	%
FIES	17.467	7%	2.270	1%	2.476	1%
A vencer	54.972	21%	22.770	12%	16.524	8%
Vencidas até 30 dias	37.112	14%	29.094	15%	30.231	14%
Vencidas de 31 a 60 dias	17.322	6%	18.720	10%	22.076	10%
Vencidas de 61 a 90 dias	6.444	2%	17.492	9%	20.368	10%
Vencidas de 91 a 179 dias	26.817	10%	33.641	17%	37.486	18%
Vencidas a mais de 180 dias	106.935	40%	72.282	37%	83.755	39%
	249.602		193.999		210.440	
	267.069	100%	196.269	100%	212.916	100%

As mensalidades recebidas antecipadamente, nos montantes de R\$ 9.333, R\$ 30.258 e R\$ 29.147 em 30 de setembro de 2010, 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009, respectivamente, são apropriadas ao resultado considerando o período de sua competência.

02101-6

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A movimentação na provisão para devedores duvidosos consolidada foi como segue:

Descrição	1/1/2009	da provisão	Baixa	31/12/2009	da provisão	Baixa	30/9/2010
Mensalidades de Graduação	49.873	32.634	45.229	37.278	19.872	(1.213)	55.937
Mensalidades de Politécnico	16.211	12.947	17.204	11.954	7.112	(158)	18.908
Mensalidades de Especialização	6.559	3.853	6.211	4.200	9.600	(3.618)	10.182
Mensalidades de Mestrado	251	88	174	167	288	-	455
Mensalidades de Extensão	319	321	370	270	2.901	(422)	2.749
Provisão sobre dívidas renegociadas	21.350	(732)		20.618	2.844	(4.728)	18.734
Provisão sobre outras dívidas	8.558	(2.917)	1.346	4.295	418	(4.354)	358
	103.121	46.194	70.534	78.782	43.035	(14.493)	107.323

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

7 Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas foram realizadas em condições contratadas pelas partes e estão descritas a seguir:

Natureza da transação	30/9/2010	31/12/2009	1/1/2009	Indexação
ATIVO CIRCULANTE				
Mútuo				
Sociedades controladas				
IREP			93	110% CDI
	-	-	93	
Pessoas ligadas (ii)	252	205	83	100% CDI
	252	205	176	
Despesas antecipadas (i)	2.596	700	700	
	2.596	700	700	
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
Mútuo				
Sociedades Ligadas				
ESCUELA (iii)	3.018	2.676		CDI + 7,7% a.a.
	3.018	2.676	-	
Despesas antecipadas (i)	2.047	992	1.692	
	2.047	992	1.692	
PASSIVO CIRCULANTE				
Sociedades controladas				
SESES		2		
	-	2	-	
	30/9/2010	30/9/2009		
Receitas financeiras				
Mútuo com acionistas e sociedades ligadas	369	144		
Despesas gerais e administrativas				
Serviço de consultoria (2c)	(1.789)	(2.432)		

02101-6

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (i) Em 4 de junho de 2008, a Companhia firmou um Contrato de Consultoria ("Contrato") com a Marone Consultoria e Participações Ltda. ("Marone"), sociedade controlada pelos Srs. André Cleófas Uchôa Cavalcanti e Marcel Cleófas Uchôa Cavalcanti, detentores de, aproximadamente, 0,8% das ações ordinárias de emissão da Companhia e acionistas integrantes do Acordo de Acionistas, celebrado em 4 de junho de 2008, tendo por objeto a prestação de serviços relacionados às atividades acadêmicas e de ensino superior e ao planejamento estratégico e desenvolvimento de novos negócios, além de estabelecer a obrigação de não competição por parte da Marone. O referido Contrato vigorará pelo prazo de 48 (quarenta e oito) meses, a partir da data de sua assinatura.

Em contrapartida pelo comprometimento de não atuarem no setor de educação em entidades concorrentes nem, de qualquer forma, competirem com a Companhia e suas controladas, bem como pelos serviços prestados, foi estabelecida a remuneração total de R\$ 14.000, composta da seguinte forma: R\$ 2.800, no ato da assinatura do Contrato, a título de antecipação que será diluída ao longo de sua vigência, para a qual não há previsão de atualização monetária ou incidência de encargos financeiros, e 48 parcelas mensais, iguais e consecutivas no valor de R\$ 233, cujo vencimento da primeira ocorreu no dia 6 de junho de 2008. Ficou acordado, ainda, que o valor das referidas parcelas será corrigido, na menor periodicidade admitida por lei, pelo IGP-M/FGV ou, na sua falta, por outro índice equivalente que venha a substituí-lo, desde a data da assinatura do Contrato até a data do efetivo pagamento de cada parcela.

02101-6

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A obrigação de não competição assumida pela Marone, pelos seus sócios e por quaisquer sociedades das quais estes venham a ser controladores é válida em todo território nacional. No entanto, ficam excluídas dessa obrigação as seguintes sociedades mantenedoras: SESSE, SESAL, SESAP e UNEC, incorporadas pela IREP em 30 de junho de 2010, conforme protocolo de incorporação assinado nessa data e SESSA, as quais o controle societário já havia sido transferido para a Companhia, e Asociación de Enseñanza Superior de Las Américas ("AESA"), cujo controle societário poderá ser transferido para a Companhia, conforme termos e condições estabelecidos no Memorando de Entendimentos firmado em 7 de abril de 2007 com os controladores dessas Sociedades, entre os quais os Srs. André Cleófas Uchôa Cavalcanti e Marcel Cleófas Uchôa Cavalcanti.

O Contrato poderá ser rescindido, por iniciativa de qualquer uma das Partes, mediante o envio de notificação a outra Parte, com antecedência de 60 (sessenta) dias, devendo ser observado, nessa hipótese todas as implicações previstas no Contrato, entre as quais a obrigação de pagamento de indenização à Marone, em parcela única devidamente atualizada pela variação do IGP-M/FGV, no valor correspondente à soma das parcelas devidas até o final do contrato, em caso de rescisão por iniciativa da Companhia. Caso o Contrato seja rescindido, de forma antecipada, por parte da Marone, não cabe a esta qualquer pagamento indenizatório à Companhia.

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 23 de julho de 2008, aprovou a celebração desse Contrato de Consultoria. Em 15 de janeiro de 2010 foi firmado o Termo Aditivo ao Contrato de Consultoria, contemplando o pagamento a título de antecipação, do valor de R\$ 4.909, que representa um deságio de 30% sobre o valor total do contrato, que permanece em pleno vigor no que concerne a cláusula de não competição e está contabilizada em despesas antecipadas.

- (ii) Em abril de 2009 e março e junho de 2010 foram celebrados contratos de mútuo com administradores, no valor total de R\$ 300, com vencimentos em abril de 2011. Em 30 de setembro de 2010 estes valores corrigidos totalizam R\$ 252.
- (iii) Em 28 de maio de 2009 foi celebrado um Instrumento Particular de Mútuo entre a Estácio Participações S.A. e a Escuela de Informática S.R.L., empresa com sede na Cidade de Montevideu, Uruguai, pertencente ao acionista controlador João Uchoa Cavalcanti Netto, no valor de US\$ 1.200 mil, equivalente a R\$ 2.340, cujo valor atualizado pelo índice de remuneração do contrato até 30 de setembro de 2010 é de R\$ 3.018, para que a mesma utilizasse tais recursos para adequação do seu capital de giro e investimentos.

02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10
---------	----------------------------	--------------------

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Na mesma data foi assinado o Instrumento Particular de Opção de Compra de Quotas e Outras Avenças, através do qual a Estácio Participações S.A. possui o direito de exercer a opção de compra de adquirir 80% das quotas de emissão da Escuela de Informática S.R.L., em até 60 dias contados da divulgação das suas demonstrações financeiras relativas ao exercício social no ano de 2011.

O preço de exercício da opção de compra é o valor resultante da aplicação da fórmula "Preço de exercício da opção" baseada em indicadores de Ebitda, dívida bancária e contingências.

Em 28 de janeiro de 2010, o Conselho de Administração aprovou a formalização de Termo Aditivo ao Contrato em questão, para autorizar a diretoria executiva da Companhia a alterar o prazo de pagamento das parcelas dos juros remuneratórios, que passa a ser a da data de amortização do principal do mútuo.

02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10
---------	----------------------------	--------------------

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

8 Imobilizado

	Terrenos	Edificações	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de atividades físicas / hospitalares	Biblioteca	Instalações	Outros	Construções em andamento
Saldos em 1º de janeiro de 2009	21.483	54.129	16.101	17.945	21.789	11.851	6.762	25.508	3.763	4.672	0
Aquisições		308	10.685	3.847	4.245	2.273	1.521	7.610	1.162	2.069	0
Baixas			(217)	(1.525)	(188)	(604)	(139)	(42)	(5)	(2.553)	0
Transferências		1.179	(1.195)		(94)	(1)	(14)	4	(77)	198	0
Depreciação/amortização		(3.700)	(7.796)	(3.413)	(8.131)	(2.122)	(2.523)	(4.957)	(638)	(901)	0
Saldos em 31 de dezembro de 2009 (pro)	21.483	51.916	17.578	16.854	17.621	11.397	5.607	28.123	4.205	3.485	0
Aquisições	2	166	4.286	1.928	9.728	1.821	1.146	3.591	478	184	0
Baixas			(1.345)	(42)	(223)	(2)			(13)	(1)	0
Transferências		2.558	5.795	(504)	128	949	52	225		(751)	0
Depreciação/amortização		(2.864)	(5.133)	(2.436)	(5.953)	(1.734)	(1.565)	(3.984)	(523)	(644)	0
Saldos em 30 de setembro de 2010	21.485	51.776	21.181	15.800	21.301	12.431	5.240	27.955	4.147	2.273	0
Saldos em 30 de setembro de 2010											
Custo total	21.485	90.046	74.843	37.264	62.101	27.863	15.869	57.793	7.335	5.427	0
Depreciação acumulada		(38.270)	(53.662)	(21.464)	(40.800)	(15.432)	(10.629)	(29.838)	(3.188)	(3.154)	0
Valor residual	21.485	51.776	21.181	15.800	21.301	12.431	5.240	27.955	4.147	2.273	0
Saldos em 31 de dezembro de 2009											
Custo total	21.483	87.323	66.568	36.881	52.043	23.935	14.643	53.922	6.885	5.995	0
Depreciação acumulada		(35.407)	(48.990)	(20.027)	(34.422)	(12.538)	(9.036)	(25.799)	(2.680)	(2.510)	0
Valor residual	21.483	51.916	17.578	16.854	17.621	11.397	5.607	28.123	4.205	3.485	0
Saldos em 01 de janeiro de 2009											
Custo total	21.483	80.204	65.628	39.175	53.792	24.587	13.945	46.254	5.712	6.497	0
Depreciação acumulada		(26.075)	(49.527)	(21.230)	(32.003)	(12.736)	(7.183)	(20.746)	(1.949)	(1.825)	0
Valor residual	21.483	54.129	16.101	17.945	21.789	11.851	6.762	25.508	3.763	4.672	0
Taxas médias anuais de depreciação - %		1,67%	(I)	8,33%	25,00%	8,33%	6,67%	5,00%	8,33%	10% a 20%	

A Administração da Companhia revisou a vida útil econômica dos principais grupos de ativos imobilizado, tendo como base laudos de avaliadores externos, o que resultou nas seguintes modificações de taxas:

	Antiga taxa de depreciação	Nova taxa de depreciação
Equipamentos de Informática	20%	25%
Edifícios	4%	1,67%
Móveis e Utensílios	10%	8,33%
Máquinas e Equipamentos	10%	8,33%
Veículos	10%	20,00%
Biblioteca	10%	5%
Instalações	10%	8,33%
Sistemas, Aplicativos e Softwares	20%	16,67%
Benfeitorias em bens de terceiros	(i)	(i)
Equipamentos de Atividades Físicas/Hospitalares	20%	6,67%
Equipamentos de Cine, Foto e Som	10%	10%

- (i) A amortização em benfeitorias em imóveis de terceiros está sendo efetuada pelo respectivo prazo de vigência contratual dos aluguéis, a não ser que essas benfeitorias tenham vida útil inferior a tal prazo.

Essas mudanças de estimativas de vida útil desses ativos tiveram seus efeitos reconhecidos a partir de 1º de janeiro de 2010. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010, o efeito da revisão da vida útil dos ativos representou uma redução de aproximadamente R\$ 7.700 (consolidado), reconhecidos na linha de despesa de depreciação e amortização das demonstrações do resultado do período.

Adicionalmente, a Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído (“*deemed cost*”) considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas à sua atividade operacional; (iii) a Administração da Companhia revisa frequentemente a recuperabilidade e estimativas de vida útil dos bens do ativo imobilizado, procedimento que vem sendo aplicado consistentemente ao longo dos anos e (iv) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens.

O imóvel do Campus Rebouças situado à Rua do Bispo, 83, de propriedade da SESES, foi dado em penhora, devido a um litígio na justiça, em que o Município do Rio de Janeiro está cobrando da SESES o pagamento do IPTU do referido imóvel. Consoante informações de seus consultores jurídicos, já foi obtido ganho de causa e a SESES vem diligenciando junto à Prefeitura a baixa do referido gravame.

Adicionalmente, conforme mencionado na Nota 10, determinados bens adquiridos através de financiamento foram dados em garantia aos respectivos contratos. A Companhia não concedeu outras garantias de bens de sua propriedade em nenhuma transação efetuada.

Teste de redução ao valor recuperável de ativos - “impairment”

De acordo com o IAS 36, “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetuou análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 30 de setembro de 2010, em 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009 não foram identificadas evidências de ativos corpóreos com custos registrados superiores a seus valores de recuperação.

9 Intangível

	Consolidado						
	Ágio em aquisições de investimentos	Direito de uso de software	EAD e Integração	CSC	Central de Ensino	Central de Relacionamento	Outros
Saldos em 1º de janeiro de 2009	91.186	6.574	9.103				
Adições		2.581	2.172	2.129	7.651	1.871	93
Transferências		189		(189)			
Variação cambial	(427)						
Amortização		(3.300)	(1.736)	(239)			(3)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	90.759	6.044	9.539	1.701	7.651	1.871	90
Adições		3.407	571		5.758		1.898
Variação cambial	(119)						
Depreciação/amortização		(1.808)	(1.655)	(291)	(956)		(19)
Saldos em 30 de setembro de 2010	90.640	7.643	8.455	1.410	12.453	1.871	1.969

	Consolidado						
	Ágio em aquisições de investimentos	Direito de uso de software	EAD e Integração	CSC	Central de Ensino	Central de Relacionamento	Outros
Saldos em 30 de setembro de 2010							
Custo total	97.563	31.710	11.965	1.940	13.409	1.871	1.992
Amortização acumulada	(6.923)	(24.067)	(3.510)	(530)	(956)		(23)
Valor residual	90.640	7.643	8.455	1.410	12.453	1.871	1.969
Saldos em 31 de dezembro de 2009:							
Custo total	97.683	28.303	11.395	1.940	7.651	1.871	93
Amortização acumulada	(6.924)	(22.259)	(1.856)	(239)	-		(3)
Valor residual	90.759	6.044	9.539	1.701	7.651	1.871	90
Saldos em 01 de dezembro de 2009:							
Custo total	98.110	25.109	9.222				
Amortização acumulada	(6.924)	(18.535)	(119)				
Valor residual	91.186	6.574	9.103				
Taxas anuais de amortização - %	Indefinida	20% aa	20% aa	20% aa	25% aa	20% aa	20% aa

Em 30 de setembro de 2010, 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2009, o ágio apurado nas aquisições em investimentos estava representado da seguinte forma:

	30/9/2010			31/12/2009	1/1/2009
	Custo	Amortização acumulada	Variação Cambial	Líquido	Líquido
Ágio em aquisições de investimentos					
IREP	96.014	(6.924)		89.090	40.875
RADIAL					5.544
FINTEC					5.631
EUROPAN/ABAETÉ					7.138
FACULDADE DE BRASÍLIA					2.342
UNICEM					3.254
SESSA	2.097		(547)	1.550	1.670
SESSE					7.306
SESAL					3.544
UNEC					4.070
SESAP					1.103
MONTESSORI					3.141
COTIA					3.927
UNISSORI					1.214
	98.111	(6.924)	(547)	90.640	90.759
					91.186

Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, saldos de ágio originados da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano, de acordo com o IAS 36.

Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (impairment). A redução no valor recuperável é registrada no resultado do exercício.

10 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos financeiros	30/9/2010	31/12/2009	1/1/2009
Capital de giro	1,70% ao mês e/ou CDI + 0,25% ao mês	139	208	287
Contratos de arrendamento mercantil	IGPM + 12,3% a.a.	1.704	4.772	8.863
Contratos de arrendamento mercantil	11,8% a 22,1% a.a.	662	590	2.423
Contrato FINAME	80% do contrato – 4,5% a.a. 20% do contrato – 9% a.a	4.993		
		<u>7.498</u>	<u>5.570</u>	<u>11.573</u>
Passivo circulante		2.719	4.721	6.735
Passivo não circulante		<u>4.779</u>	<u>849</u>	<u>4.838</u>
		<u>7.498</u>	<u>5.570</u>	<u>11.573</u>

Em garantia dos arrendamentos mercantis foram oferecidas notas promissórias avalizadas pelos sócios e os próprios bens arrendados.

11 Salários e encargos sociais

	30/9/2010	31/12/2009	1/1/2009
Salários e encargos sociais a pagar	37.593	41.231	32.360
Provisão de férias	24.015	17.897	23.845
Provisão de 13º salário	<u>28.083</u>		
	<u>89.691</u>	<u>59.128</u>	<u>56.205</u>

12 Obrigações tributárias

	30/9/2010	31/12/2009	1/1/2009
ISS a recolher	3.466	3.432	3.587
IRRF a recolher	3.792	5.181	3.786
IRPJ a recolher	3.741	4.165	6.504
CSLL a recolher	1.391	1.581	2.390
PIS e COFINS a recolher	<u>385</u>	<u>1.167</u>	<u>539</u>
	<u>12.775</u>	<u>15.526</u>	<u>16.806</u>

Composição dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos (consolidado), constituídos às alíquotas nominais:

	Passivo		
	30/9/2010	31/12/2009	1/1/2009
Redefinição de vida útil do ativo	(202)		
Provisão para desmobilização	28	107	252
	<u>(174)</u>	<u>107</u>	<u>252</u>

Os créditos tributários reconhecidos têm por base diferenças temporárias decorrentes dos ajustes iniciais para adoção de novas práticas e estão registrados nas rubricas de outros ativos e outros passivos de longo prazo.

13 Parcelamento de tributos

Parcelamentos	30/9/2010	31/12/2009	1/1/2009
ISS	79	168	284
PIS	14	14	113
COFINS	18	18	376
INSS	1.651	1.834	4.317
IPTU	126	212	419
	<u>1.888</u>	<u>2.246</u>	<u>5.509</u>
Passivo circulante	361	468	1.484
Passivo não circulante	<u>1.527</u>	<u>1.778</u>	<u>4.025</u>
	<u>1.888</u>	<u>2.246</u>	<u>5.509</u>

Referem-se a parcelamentos de tributos junto à Prefeituras, Receita Federal do Brasil e Previdência Social. Os montantes de pagamentos mensais são de aproximadamente R\$ 25, restando ainda 47, 1 e 170 parcelas, com término previsto para agosto de 2014 outubro de 2010 e novembro de 2024, respectivamente.

2011	202
2012	146
2013	146
2014	146
2015	146
2016 a 2024	<u>741</u>
	<u>1.527</u>

14 Adiantamento de convênio

Em 24 de março de 2004, foi efetuado contrato de parceria entre a SESES e afiliadas (incluindo as Mantenedoras) e o Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. com prazo de vigência até 24 de março de 2009, onde o objeto principal deste contrato era o de conceder exclusividade/preferência ao Unibanco na oferta e no fornecimento de produtos e serviços aos alunos, funcionários e fornecedores, bem como de ser o principal provedor de serviços financeiros. Em contrapartida, o Unibanco adiantou o equivalente a R\$ 4.000 a SESES e as Mantenedoras para serem compensados mensalmente no decorrer do contrato por meio de uma metodologia estipulada pelas partes.

Em 3 de agosto de 2006, foi efetuado contrato de parceria entre a SESES e afiliadas (incluindo as Mantenedoras) e o Unibanco com prazo de vigência até 31 de julho de 2011, onde o objeto principal deste contrato era o de conceder exclusividade/preferência ao Unibanco na oferta e no fornecimento de produtos e serviços aos alunos, funcionários e fornecedores, bem como de ser o principal provedor de serviços financeiros.

Em contrapartida à exclusividade concedida ao Unibanco, e pela manutenção dessa condição durante toda a vigência do contrato, ou seja, até 31 de julho de 2011, o Unibanco pagou a SESES e as Mantenedoras uma receita fixa de R\$ 15.954, que está sendo apropriada ao resultado por tal prazo contratual. Em 18 de fevereiro de 2008, sem que tenha havido mudanças significativas nas principais cláusulas contratuais, as partes firmaram novo acordo prorrogando a parceria até 18 de fevereiro de 2018. Em contrapartida à exclusividade concedida ao Unibanco, e pela manutenção dessa condição durante toda a vigência do contrato, o Unibanco pagou à Companhia uma quantia adicional de R\$ 18.000. Em 30 de setembro de 2010, o saldo da receita antecipada pelo convênio de reciprocidade bancária montava R\$ 21.408 (R\$ 23.573 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 26.460 em 1º de janeiro de 2009) classificado como passivo não circulante, o qual será amortizado pelo prazo contratual.

15 Provisão para contingências

As controladas são partes envolvidas em processos de naturezas cível, trabalhista e tributária que estão sendo discutidos nas esferas apropriadas. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com essas ações em curso.

Em 30 de setembro de 2010, a provisão para contingências, líquida dos correspondentes depósitos judiciais, era composta da seguinte forma:

	Consolidado	
	<u>Provisão para contingências</u>	<u>Depósitos Judiciais</u>
Saldos em 30 de setembro de 2010:		
Cíveis	6.560	4.449
Trabalhistas	22.327	24.360
Tributárias	5.703	6.254
Saldo total	<u>34.590</u>	<u>35.063</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2009:		
Cíveis	8.516	3.499
Trabalhistas	17.444	10.125
Tributárias	7.314	7.079
Saldo total	<u>33.274</u>	<u>20.703</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2009:		
Cíveis	9.862	2.085
Trabalhistas	11.570	2.321
Tributárias	8.711	6.320
Saldo total	<u>30.143</u>	<u>10.726</u>

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

	<u>Fiscais</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2009	8.711	11.570	9.862	30.143
Adições		9.004	1.935	10.939
Reversões	(1.397)	(2.433)	(2.628)	(6.458)
Baixas		(697)	(653)	(1.350)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	7.314	17.444	8.516	33.274
Adições		7.883	2.348	10.231
Reversões	(1.611)	(2.349)	(3.379)	(7.339)
Baixas		(651)	(925)	(1.576)
Saldos em 30 de setembro de 2010	<u>5.703</u>	<u>22.327</u>	<u>6.560</u>	<u>34.590</u>

a) Contingências cíveis

A maior parte das ações envolve, principalmente, pedidos de indenização por danos materiais e morais, decorrentes de cobranças indevidas, demora na expedição de diplomas, não devolução de taxas de matrículas de cursos de férias, entre outros problemas de caráter operacional e/ou acadêmico.

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a administração mantém provisão no montante de R\$ 6.560 em 30 de setembro de 2010 (R\$ 8.516 – 31 de dezembro de 2009).

Dentre as principais ações classificadas com risco de perda provável, podemos destacar a ação indenizatória distribuída em face da SESES, decorrente de acidente com “bala perdida” sofrido por uma aluna no interior do Campus Rebouças. A sentença de 1ª instância julgou parcialmente procedente o pedido para, em síntese, condenar a Companhia a pagar à aluna (a) o valor de R\$ 600 a título de danos morais e estéticos; (b) pensão mensal equivalente a um salário mínimo até que ela completasse 65 anos; e (c) o valor relativo ao tratamento médico necessário para a sua recuperação, a ser apurado em posterior fase de liquidação de sentença. Aos pais da aluna, foi concedida indenização por danos morais no valor de R\$ 100 para cada, e, aos irmãos, R\$ 50 para cada, também sob esse título. As partes interpuseram apelação contra a referida sentença. O recurso da Companhia foi parcialmente provido para reduzir a indenização por danos morais e estéticos devidos à aluna para R\$ 400. Quanto ao recurso da aluna, ele foi também parcialmente provido para transformar a pensão concedida à aluna em vitalícia e para determinar a constituição de capital garantidor da referida pensão. Além disso, o Tribunal condenou a Companhia a arcar com os custos do tratamento psicológico dos pais e

irmãos da vítima. Os autores, não satisfeitos com o julgamento do recurso da aluna, interpuuseram embargos infringentes. Tais embargos foram providos para se elevarem os valores de indenização, devidos à vítima, por danos morais e estéticos para R\$ 600, restabelecendo-se a sentença de primeira instância nesse aspecto especificamente. As partes interpuuseram recursos especiais contra os acórdãos acima referidos. O julgamento desses recursos foi concluído em 17 de junho de 2010, tendo o Superior Tribunal de Justiça ("STJ") decidido, por unanimidade, dar parcial provimento ao recurso especial da Companhia apenas para excluir a constituição de capital garantidor. O recurso especial da aluna foi desprovido. A Companhia também interpôs recurso extraordinário contra a decisão do Tribunal de Justiça, que ainda não foi apreciado. No procedimento de execução provisória, a Companhia já depositou nos autos o valor de aproximadamente R\$ 1.800, correspondentes ao valor das indenizações estabelecidas pelo Tribunal de Justiça. Adicionalmente, a Companhia interpôs recurso especial contra a decisão do Tribunal de Justiça que negou o pedido de denunciação da lide do Estado do Rio de Janeiro. Em 09 de fevereiro de 2010, o STJ, por unanimidade, negou provimento ao REsp 1164229. Em 17 de junho de 10, foi realizado o julgamento final: prosseguindo no julgamento, após o voto-vista regimental do Sr. Ministro Relator, a turma, por unanimidade, deu parcial provimento ao recurso da Companhia, apenas para excluir a constituição de capital garantidor, e negou provimento ao recurso de Luciana Gonçalves Novaes e outros. A Sra. Ministra Nancy Andrighi e o Sr. Ministro Vasco Della Giustina não conheciam, em parte, do recurso da ré, nos termos do acórdão. Em 1º de setembro de 2010, foi publicado o acórdão do REsp 1.164.229. Em 6 de setembro de 2010, a Estácio opôs embargos de declaração. Em 17 de setembro de 2010, foi publicado despacho que concedeu prazo para a outra parte se manifestar sobre os embargos, tendo em vista o seu caráter infringente. Em 21 de setembro de 2010, foi publicado o acórdão do REsp 876.448. Em 27 de setembro de 2010, a Companhia opôs embargos de declaração. Atualmente, os recursos estão conclusos, aguardando julgamento.

Dentre as principais ações avaliadas por nossos consultores jurídicos externos classificadas com risco de perda possível, podemos destacar:

- (i) Ação de Cobrança de Aluguel e Outras Obrigações em face da IREP e de seu respectivo fiador, decorrente de Contrato de Sublocação do Imóvel da Rua Coronel Luiz Barroso, nº 566, atual Rua Dr. Antônio Bento, nº. 509, firmado em 1º de janeiro de 1998, e encerrado em 15 de setembro de 2008, quando da entrega das chaves, ação essa em que a parte autora pleiteia, resumidamente, a condenação dos Réus no (i) pagamento as diferenças de aluguéis no valor de R\$ 496; (ii) pagamento do valor necessário para a reparação do imóvel, estipulado em R\$1.080, conforme devidamente apurado por meio de três orçamentos apresentados unilateralmente pela autora; (iii) aluguéis referentes ao período em que o imóvel está supostamente indisponível para utilização, tendo em vista as alegadas péssimas condições em que se encontra, até o tempo necessário para a realização dos reparos; (iv) multa correspondente a 3 meses de aluguel, pelo suposto descumprimento da obrigação de apresentar a documentação do imóvel e de devolver o imóvel em condições de uso. No dia 3 de fevereiro de 2009, foi realizada audiência no Setor de Conciliação do Fórum Central, conciliação essa que restou infrutífera. Atualmente, processo encontra-se em fase de conhecimento, especificamente em fase de realização de prova pericial, tendo sido o laudo pericial elaborado pelo perito judicial devidamente protocolado em cartório. Aguardamos a competente publicação para obter ciência do mesmo;
- (ii) Ação de indenização promovida por Hudson José Roque Lima e outros contra a STB, através da qual se objetiva a entrega de diploma do curso de tecnólogos em análises clínicas – curso que foi extinto pelo Ministério da Educação – MEC, bem como o pagamento de indenizações, a título de perdas e danos e danos morais. O processo está em fase de conhecimento, tendo sido iniciada a fase probatória com o requerimento de produção de prova testemunhal e documental superveniente, que será analisado pelo Juiz. Autos conclusos desde 1º de julho de 2010. O montante estimado é de R\$ 1.161;
- (iii) Ação Civil Pública, com pedido de tutela antecipada, proposta pelo Ministério Público Federal em face de várias instituições de ensino superior, dentre elas a SESES, através da qual se objetiva a abstenção das rés de cobrarem taxa para a confecção da primeira via do diploma de conclusão de curso e a devolução em dobro da taxa cobrada dos ex-alunos já formados. Tutela deferida para suspender a cobrança da 1ª via de diploma. A SESES deixou de cobrar a referida taxa antes do deferimento desta tutela, após, foi publicado despacho na imprensa oficial, no dia 16 de abril de 2010 determinando que os Réus se manifestassem em provas. Autos conclusos com o juiz desde 29 de junho de 2010. O valor estimado da causa é de R\$ 1.000; e

- (iv) Ação civil pública promovida pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro contra a SESES, através da qual pretende que sejam declaradas nulas as cláusulas do contrato de adesão da instituição, condenando-a a se abster de realizar qualquer cobrança com a incidência de juros de mora superiores ao limite legal, de 1% (um por cento) ao mês, e multa excedente a 2% (dois por cento), inclusive quando supostamente embutidos em desconto por pagamento antecipado, adotando como remuneração para seus produtos e serviços aquele fixado para o respectivo pagamento antecipado. Requer, ainda, a condenação da SESES para restituir em dobro todo valor auferido com os valores indevidamente cobrados do corpo discente da SESES. No dia 9 de abril de 2010, foi apresentada a respectiva contestação. O processo encontra-se em fase de conhecimento, onde após a devida conclusão ao Juízo, foi negado o pedido antecipatório do *parquet*. Foi publicada decisão em 11 de junho de 2010, determinando a suspensão do processo conforme petição do Ministério Público, em virtude de possível celebração de Termo de Ajustamento de Conduta. Atualmente o processo continua suspenso em razão das negociações com o MP. O valor atribuído à causa pela parte autora é de R\$ 20.

b) Contingências trabalhistas

Os principais pedidos das reclamações trabalhistas são horas extras, férias não gozadas, reconhecimento de vínculo empregatício, equiparação salarial e diferenças salariais decorrentes de redução de cargas horárias de determinados professores. Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a administração da Companhia mantém provisão no montante de R\$ 22.327 em 30 de setembro de 2010 (R\$ 17.444 - 31 de dezembro de 2009).

Dentre as principais ações trabalhistas classificadas com risco de perda provável, podemos destacar:

- (i) Ação trabalhista movida pelo Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar do Espírito Santo em face da SESES, por meio da qual requer o pagamento, em favor do corpo administrativo da Instituição, dos valores devidos a título de previdência privada, conforme Cláusula 10ª da Convenção Coletiva do Trabalho, a qual estabelece o recolhimento em favor de entidade de previdência privada de 6% sobre o total da folha salarial dos auxiliares, a ser rateado em partes iguais entre o total de colaboradores. Atualmente, o processo encontra-se em fase de execução, aguardando julgamento do agravo de petição que foi interposto em face da decisão que julgou parcialmente procedente os embargos à execução apresentados pela SESES. O valor estimado é de R\$ 1.905; e
- (ii) Ação trabalhista movida por ex-funcionário em face da SESES, com pedido de reintegração ao cargo de docente, sob a alegação de que seu processo de demissão não foi devidamente submetido à prévia apreciação do extinto Conselho Departamental, órgão interno e colegiado existente à época da contratação do referido reclamante. Adicionalmente, pleiteia o reclamante a condenação da Companhia ao pagamento do valor corresponde às férias em dobro, acrescidas de abono equivalente a 1/3 das férias, dentre outros pedidos de menor relevância. Atualmente, o processo encontra-se em fase

de execução e foram apresentados, pela Companhia, embargos à execução. O valor estimado da causa é R\$ 1.560.

Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista com perda possível, cujo valor em 30 de setembro de 2010 é de R\$ 55.832 (R\$ 47.607- 31 de dezembro de 2009).

Dentre as principais ações trabalhistas avaliadas por nossos consultores jurídicos externos classificadas com risco de perda possível, podemos destacar:

- (i) Ação movida pelo Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro em face da SESES, por meio da qual requer o pagamento de reajustes salariais em favor do corpo docente da Companhia (cerca de 5.595 professores quando da distribuição da ação), como previsto na Convenção Coletiva: 3% a partir de 1º de abril de 2004 sobre o salário devido em outubro de 2003 e 6,62% a partir de 1º de outubro de 2004 sobre o salário devido em outubro de 2003. Requer, também, multa de 10% sobre o salário base de cada professor substituído por descumprimento da norma coletiva de trabalho. O processo encontra-se em fase de conhecimento e o valor estimado é de R\$ 1.240;
 - (ii) Ação movida pelo Ministério Público do Trabalho em face da SESES, na qual se discute a legalidade da alteração praticada pela Companhia no contrato de trabalho dos professores horistas, com a conseqüente mudança do sistema de cálculo dos pagamentos dos salários e a legalidade do procedimento trabalhista em manter professores em seu corpo docente sem turmas para ministrar aulas, situação de suspensão tácita e unilateral dos contratos de trabalho. O processo encontra-se em fase de conhecimento e foi incluído em pauta, com audiência designada para 6 de dezembro de 2010. O valor estimado da causa é de R\$ 500;
 - (iii) Ação de Cumprimento movida pelo Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais, através da qual requer o pagamento de diferenças salariais decorrentes da alegada não observância da isonomia salarial que deveria ser praticada entre o corpo de docentes, além do pagamento de multa de 10% prevista em Convenção Coletiva do Trabalho por descumprimento de obrigações convencionadas nesse instrumento. O processo encontra-se em fase de conhecimento, especificamente em fase de realização de prova pericial. O valor atribuído à causa pela parte autora é de R\$ 50.
- (c) Contingências tributárias

Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza tributária e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a Administração mantém provisão no montante de R\$ 5.703 em 30 de setembro de 2010 (R\$ 7.314 – 31 de dezembro de 2009).

Dentre as principais ações de natureza tributária, podemos destacar:

- (i) Foram lavrados 27 Autos de Infração pela Secretaria da Receita Federal em face da SESES, tendo por objetos alegados débitos de contribuições previdenciárias, relativos aos exercícios sociais de 2003, 2004 e 2005, assim como termo de arrolamento de bens imóveis da SESES, em conformidade com a legislação tributária aplicável. Esses autos questionam, principalmente, o preenchimento dos requisitos legais para qualificação da SESES como entidade beneficente de assistência social e seu correspondente direito à isenção de contribuições previdenciárias, condição que ostentou até 09 de fevereiro de 2007 quando se transformou em sociedade empresária. Foram apresentadas as respectivas impugnações, em 22 de janeiro de 2009. Dentre os principais argumentos de defesa, destacamos os seguintes:
 - (a) Os Certificados de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) dos quais a SESES fazia jus, correspondentes aos triênios de 2001-2003 e 2004-2006, estão e sempre estiveram plenamente válidos;
 - (b) A eventual cobrança de contribuições previdenciárias pelo não cumprimento de requisitos legais poderia, somente, ser aplicada após o procedimento administrativo próprio visando o cancelamento dos referidos CEBAS, além da obrigatoriedade de outro procedimento administrativo específico para desqualificar a SESES como entidade isenta, sendo que nenhum desses procedimentos foi realizado antes, nem depois, das mencionadas autuações;
 - (c) O artigo 38 da Medida Provisória (MP) nº 446/08 determinou a extinção de todos recursos interpostos pelo INSS contra as decisões proferidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) que deferiram a renovação dos CEBAS, tendo o artigo 39 da referida Medida Provisória deferido, inclusive, a renovação dos CEBAS daquelas instituições que interpuseram recurso contra as decisões do CNAS que indeferiram os seus pedidos de renovação de CEBAS, eis a redação dos referidos dispositivos legais:

“Art. 38. Fica extinto o recurso, em tramitação até a data de publicação desta Medida Provisória, relativo a pedido de renovação ou de concessão originária de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deferido pelo CNAS.

Art. 39. Os pedidos de renovação de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social indeferidos pelo CNAS, que sejam objeto de pedido de reconsideração ou de recurso pendentes de julgamento até a data de publicação desta Medida Provisória, consideram-se deferidos.”

Ou seja, com o advento da referida Medida Provisória, os recursos interpostos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) contra as decisões que haviam deferido a concessão dos CEBAS à SESES, relativamente aos triênios 2001/2003 e 2004/2006, foram, simplesmente, extintos, não havendo, portanto, motivos para se contestar a qualidade de entidade beneficente de assistência social da SESES.

A extinção dos referidos recursos foi confirmada pelo fato de que não foi editado Decreto-Legislativo para disciplinar as relações jurídicas decorrentes da MP nº 446/08, que perdeu

sua eficácia por não ter sido convertida em lei, o que faz com que as relações jurídicas ocorridas no tempo da vigência da aludida MP continuem por ela regidas, nos termos do art. 62, §§ 3º e 11º da CF/88:

“Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.

§ 3º As medidas provisórias, ressalvado o disposto nos §§ 11 e 12 perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável, nos termos do § 7º, uma vez por igual período, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes.

§ 11. Não editado o decreto legislativo a que se refere o § 3º até sessenta dias após a rejeição ou perda de eficácia de medida provisória, as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante sua vigência conservar-se-ão por ela regidas.”

Verifica-se, portanto, que a concessão dos CEBAS à SESES foi ratificada pela edição da MP nº 446/08, que determinou a extinção dos recursos interpostos pelo INSS contra as decisões do CNAS concessivas dos CEBAS.

Acresça-se que o CEBAS, referente ao triênio 2001/2003, foi concedido em novembro de 2000, portanto, em novembro de 2005 operou-se a decadência do direito da Secretaria da Fazenda Nacional de rever tal ato administrativo. Por outro lado, o CEBAS referente ao triênio 2004/2006, foi concedido tão somente em fevereiro de 2006, portanto, somente em fevereiro de 2011 operar-se-á a referida decadência. Todavia, no que diz respeito à edição da MP 446/08, restou válida a situação jurídica dos CEBAS referentes aos triênios acima apontados.

- (d) O remoto cancelamento da isenção da SESES, ainda que fosse reconhecido, somente operaria efeitos para o futuro;
- (e) A decadência do direito de o INSS efetuar o lançamento das contribuições previdenciárias, no período compreendido entre janeiro e dezembro de 2003, nos termos do artigo 150, parágrafo 4º, do Código Tributário Nacional, tendo em vista que as contribuições previdenciárias são tributos sujeitos ao lançamento por homologação;
- (f) Aplicação em gratuidade mais de 20% (vinte por cento) da receita bruta proveniente da venda de serviços e de bens não integrantes do ativo imobilizado, mediante a concessão de bolsas, inclusive parciais, conforme faculta a Resolução CNAS 177/00 e o art. 11 da Lei nº 11.096/05, tendo, portanto, cumprida a exigência contida no art. 3º, inciso VI, do Decreto nº 2.536 de 1998;
- (g) Ainda que se admitisse que a SESES não teria cumprido o requisito de gratuidade, a Lei nº 11.096 de 2005, em seu artigo 11, parágrafo 2º, na verdade, obrigou os Conselheiros do CNAS a conceder os certificados das entidades que não haviam cumprido nos dois triênios anteriores o requisito relativo à aplicação de gratuidade, e, como consequência

lógica, a manter aqueles certificados que já tivessem sido concedidos, mesmo em face da constatação de que o requisito em questão não teria sido observado, ou seja, tal previsão legal constituiu verdadeiro perdão legislativo;

- (h) Em relação à questão da reversão do patrimônio, cabe lembrar que a SESES é a principal instituição de ensino controlada pela Estácio Participações S.A., com sede no município do Rio de Janeiro, a qual, até 09 de fevereiro de 2007, era considerada como uma sociedade civil sem fins lucrativos e de caráter filantrópico. Em razão dessa condição, a SESES tinha assegurados, principalmente, os direitos i) à imunidade tributária em relação a impostos sobre a sua renda, patrimônio e serviços, conforme artigo 150 da Constituição Federal e, também, ii) à isenção da contribuição patronal da seguridade social incidente sobre a sua folha de pagamento, nos termos do artigo 195 da Constituição Federal e demais dispositivos infraconstitucionais aplicáveis ao assunto.

Ocorre que a SESES, em 09 de fevereiro de 2007, realizou a alteração de sua natureza jurídica de sociedade civil sem fins lucrativos para sociedade empresária de responsabilidade limitada. Com a referida alteração de natureza jurídica, a SESES, por consequência, perdeu o direito de gozo à imunidade e isenção tributárias acima mencionadas, passando a se sujeitar às regras de tributação aplicáveis às demais pessoas jurídicas com fins lucrativos, ressalvadas as isenções decorrentes do PROUNI (Programa Universidade para Todos).

Acontece que esta operação societária foi um dos objetos de questionamento pela fiscalização da Secretaria da Receita Federal (Fiscalização), a qual sustenta o suposto não atendimento, pela SESES, do disposto no inciso IX do artigo 3º do Decreto nº 2.536 de 1998, o qual estabelece que a entidade beneficente deverá destinar, em caso de sua dissolução ou extinção, o eventual patrimônio remanescente a entidades congêneres registradas no Conselho Nacional de Assistência Social ou a entidade pública.

De acordo com a interpretação da Fiscalização, a SESES teria infringido o mencionado inciso, na medida que teria buscado o acúmulo de capital e valorizado seu ativo permanente com a aquisição de diversos imóveis (procedimento esse, no seu entender, incompatível com entidades assistenciais), patrimônio esse que teria sido vertido para uma outra sociedade empresária.

Ocorre que as alegações da Fiscalização não se sustentam em bases legais sólidas, uma vez que a legislação prevê a destinação específica do patrimônio das entidades imunes apenas nos casos de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento das atividades, hipóteses estas bem distintas da transformação societária a que foi submetida a SESES, logo é absolutamente defensável a conclusão de que não havendo dissolução ou extinção da pessoa jurídica transformada, não há que se falar em destinação do patrimônio, até mesmo porque este continua pertencendo à mesma pessoa jurídica, que apenas passa a ostentar um tipo societário distinto; e

- (i) A verba paga pela SESES ao seu então sócio controlador, a título de aluguel, não se enquadra no conceito de remuneração, fato esse, inclusive, que foi expressamente reconhecido no julgamento de 03 das 27 autuações ora comentadas, não havendo, por conseguinte, que se falar em infração ao disposto no art. 3º, inciso VIII, do Decreto nº 2.536 de 1998.

Em relação aos andamentos dos julgamentos das impugnações apresentadas pela SESES, foram proferidos os seguintes despachos ou decisões administrativas:

- i) decisões de improcedência de 03 (três) autuações, as quais serão arquivadas definitivamente e que somam a quantia de R\$ 70;
- ii) decisões de procedência de 02 (duas) autuações, que versam apenas sobre multa acessória por alegada não apresentação de documentos no curso do procedimento de fiscalização. Foram apresentados os recursos voluntários contra tais decisões. Estamos aguardando as decisões de 2ª instância administrativa. Tais autuações somam a quantia de R\$ 28; e
- iii) despachos proferidos pela Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento no Rio de Janeiro em 16 (dezesseis) autuações, que determinaram o retorno dos autos de infração à Divisão de Fiscalização para elaboração de relatório fiscal complementar, de modo que fossem indicados os requisitos, dentre os elencados nos incisos I a XII do artigo 28 da Medida Provisória nº 446/08, que ensejaram os lançamentos tributários em questão. Em decorrência desse fato, foram elaborados os relatórios fiscais complementares com a indicação dos dispositivos legais supostamente infringidos pela SESES, sendo, portanto, reabertos os prazos para apresentação de novas impugnações. Foram apresentadas as novas impugnações. Além dos argumentos já utilizados nas impugnações iniciais, foram apresentados os seguintes novos argumentos: (i) que a Medida Provisória nº 446/08 não pode ser aplicada, retroativamente, para disciplinar relações jurídicas ocorridas anteriormente à sua edição; (ii) decadência do direito da Fazenda Pública constituir crédito tributário, após cinco anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado; e (iii) a nulidade das autuações, na medida que a própria Delegacia de Julgamento admitiu que as mesmas careciam de fundamentação legal adequada. Estamos aguardando as decisões de 1ª instância administrativa.

O valor total e atualizado das 27 autuações é de R\$ 482.348. A classificação de risco de perda atribuída pelos nossos assessores jurídicos externos é remota.

- (ii) Ação Popular, movida por Luiz Claudio de Lemos Tavares, em face da SESES e da Companhia, objetivando anular o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), relativamente ao triênio 2001 a 2003 e, por consequência, a compelir a SESES a ressarcir o erário público os tributos não recolhidos, em decorrência de sua imunidade. Em 22 de setembro de 2009, foi publicada decisão que reconheceu a ilegitimidade passiva da Companhia. O processo continua ativo em face da SESES e encontra-se em fase de conhecimento. De acordo com os nossos consultores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesse processo é remota e o valor atualizado da demanda é de R\$ R\$173.516;
- (iii) Foi lavrado Auto de Infração pela Secretaria Municipal de Fazenda do Município do Rio de Janeiro em face da SESES, o qual aponta as supostas infrações: (i) não recolhimento de ISS sobre a prestação de serviços de ensino superior, no período de janeiro de 2005 a janeiro de 2007, por ter transferido todo o seu patrimônio em fevereiro de 2007 para uma *"nova sociedade por quotas limitadas"*; (ii) não recolhimento de ISS sobre a prestação de serviços de ensino superior, no período de fevereiro de 2007 a julho de 2009, por não incluir na base de cálculo do ISS o valor das bolsas concedidas através do PROUNI; e (iii) insuficiência de retenção e recolhimento de ISS devido pelos serviços prestados por empresas de guarda, vigilância, conservação e limpeza de imóveis, no período de janeiro de 2005 a maio de 2009. Em 19 de fevereiro de 2010, a empresa apresentou impugnação ao referido auto de infração. No momento, aguarda-se decisão de 1ª instância. O valor atualizado da autuação é de R\$ 141.986. A classificação de risco de perda atribuída pelos nossos assessores jurídicos externos é remota;
- (iv) Ação Ordinária distribuída pela SESES, em face da União Federal/Fazenda Nacional, através da qual pleiteia autorização para recolher as contribuições previdenciárias, de acordo com a gradação prevista no artigo 13 da Lei No. 11.096/05 ("Lei do PROUNI"), tendo essa gradação início a partir do 1º mês de realização da assembléia geral que autorizou a transformação da sua natureza jurídica para sociedade com fins lucrativos, ocorrida em fevereiro de 2007, resultando, por conseguinte, na seguinte gradação para recolhimento das contribuições previdenciárias pela SESES: 20% em 2007; 40% em 2008; 60% em 2009; 80% em 2010 e 100% em 2011, em detrimento do entendimento da fiscalização do INSS, a qual defende que a contagem do prazo de cinco anos para a aplicação da gradação dos percentuais previstos no referido artigo 13 da Lei do PROUNI teria o seu início com a publicação da referida Lei, o que ocorreu em 2005. A SESES requer, ainda, a antecipação dos efeitos da tutela para que a Fazenda Nacional se abstenha de recusar a expedição de Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débitos de Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, assim como de praticar quaisquer outros atos tendentes a exigir da SESES supostos débitos objeto da "Consulta Regularidades junto ao Fisco Previdenciário", sendo a exigibilidade dos mesmos suspensa ou ainda daqueles resultantes da interpretação dada pela SESES ao artigo 13 da Lei No. 11/096/05. Em 16 de agosto de 2010 foi publicada sentença que julgou improcedente o pedido formulado pela SESES, contra a qual foi interposto recurso de apelação em 1º de setembro de 2010. Em 7 de

outubro de 2010 a União apresentou suas contra-razões. No momento, aguarda-se a subida dos autos ao Tribunal Regional Federal para julgamento do referido recurso. A classificação de risco de perda atribuída pelos nossos consultores externos é possível e o valor atualizado da demanda é de R\$ 9.892;

- (v) Foram lavrados autos de infração, através dos quais a Prefeitura de Niterói cobra da SESES o ISS do período compreendido entre janeiro de 2004 a janeiro de 2007, tendo em vista a suspensão da imunidade tributária, realizada pela Administração Pública Municipal em razão de alegado descumprimento dos requisitos para o gozo da imunidade previstos no art. 14 do CTN, ou seja, por não ter sido supostamente apresentada à fiscalização a escrita fiscal e contábil nos termos da legislação em vigor. Adicionalmente, são exigidas diversas multas por descumprimento de obrigações acessórias, algumas sem qualquer respaldo legal e outras com possível caráter confiscatório. Foram apresentados os recursos voluntários contra as decisões de 1ª instância administrativa que julgaram improcedentes as impugnações apresentadas pela SESES. Estamos aguardando as decisões de 2ª instância administrativa. O valor total autuado foi de R\$ 7.796. A classificação de risco de perda atribuída pelos nossos assessores jurídicos externos é remota;
- (vi) Ação Declaratória e de Repetição de Indébito distribuída pela SESES, em face da União Federal, para discutir judicialmente a exigência da contribuição ao PIS. Trata-se de ação objetivando a declaração de inexistência de relação jurídico-tributária da obrigação do recolhimento da contribuição ao PIS na medida em que a Companhia era portadora do CEBAS, bem como do reconhecimento do direito à restituição dos valores recolhidos nos últimos dez anos. Em 1ª e 2ª instâncias, foram proferidas decisões favoráveis à Companhia, reconhecendo a imunidade e crédito decorrente do recolhimento indevido. Atualmente, o processo encontra-se pendente de julgamento de recurso especial, interposto pela própria SESES para majoração de honorários advocatícios, bem como de recurso extraordinário, interposto pela União Federal, pleiteando a improcedência do pedido inicial. Por conta desse processo, foram depositados os valores que seriam devidos a título do PIS (à base de 1% da folha de pagamento), até o momento da transformação da SESES de entidade sem fins lucrativos e beneficente de assistência social em sociedade empresária, ocorrida em 9 fevereiro de 2007. O valor total depositado é de R\$ 5.358;
- (vii) Auto de Infração, lavrado pela Secretaria da Receita Federal, contra a SESES, tendo por objeto alegados débitos de COFINS, relativos ao exercício social de 1996, por entender que a Instituição não preenchia todos os requisitos legais para sua qualificação como entidade beneficente de assistência social e seu correspondente direito à imunidade tributária. Essa autuação continua sendo discutida em esfera administrativa, especificamente no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. A classificação de risco de perda atribuída pelos nossos consultores externos é possível e o valor atualizado da demanda é de R\$ 3.490;

- (viii) Ação Anulatória distribuída pela SESES, em face da União Federal, objetivando desconstituir o crédito fiscal objeto da Intimação para Pagamento nº 86202/2008, consubstanciada na cobrança de contribuições previdenciárias supostamente devidas no período compreendido entre dezembro de 2005 e fevereiro de 2008. Atualmente, o processo encontra-se em fase de conhecimento, aguardando decisão administrativa de 1ª instância. A classificação de risco de perda atribuída pelos nossos consultores externos é possível e o valor atualizado da demanda é de R\$ 2.202; e
- (ix) Auto de Infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal para exigir da SESES a Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), relativa ao período compreendido entre 31 de janeiro de 2006 e 31 de janeiro de 2007, supostamente incidente sobre receitas não decorrentes das atividades próprias da Instituição. Apresentamos impugnação em 13 de outubro de 2010. A classificação de risco de perda atribuída pelos nossos assessores jurídicos externos é possível e o valor estimado da demanda é de R\$ 1.591.

16 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social poderá ser aumentado pelo Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 1.000.000.000 (um bilhão) ações. Em 30 de setembro de 2010 o capital social é representado por 78.751.843 ações ordinárias.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 31 de agosto de 2010 foi aprovado o Protocolo de Justificação de Incorporação da Moena Participação S.A. pela Companhia. A incorporação resultará em benefícios financeiros para incorporadora, além do aumento na transparência. O ágio originalmente registrado pela incorporadora e atribuído à rentabilidade futura da incorporadora, no valor de R\$ 171.129, oriundo da aquisição, em 2008, de ações de emissão da incorporadora, será amortizado fiscalmente em período de 60 meses nos termos da legislação tributária vigente, baseado na expectativa de lucro tributável futura. A Administração da Companhia está revisando os planos de negócios relacionados a expectativa de lucros tributáveis futuros que suportem o registro e reconhecimento dos créditos tributários relacionados ao referido ágio. A Administração espera concluir as análises em curso até 31 de dezembro de 2010 quando estarão reconhecidos nas demonstrações financeiras os respectivos créditos tributários na extensão em que sua utilização seja provável.

A composição acionária do capital da Companhia em 30 de setembro de 2010, 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009 é como segue:

	<u>30/9/2010</u>	<u>%</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>%</u>	<u>1/1/2009</u>	<u>%</u>
Uchôa Cavalcanti Participações S.A.			28.702.835	36,5%	41.004.050	52,2%
João Uchôa Cavalcanti Netto	28.702.835	36,5%				
Moena Participações S.A.			15.717.013	20,0%	15.717.013	20,0%
Private Equity C, LLC	15.290.209	19,4%				
Magnoliophyta Participações S.A			8.200.810	10,5%		
GPCP4 - Fundo de Investimento em Participações	426.804	0,5%				
Marcel Cleófas Uchoa Cavalcanti	4.127.727	5,2%	342.566	0,4%	692.566	0,9%
André Cleófas Uchoa Cavalcanti	4.128.715	5,2%	324.366	0,4%	674.366	0,9%
Jade Empreendimentos Imobiliários e Participações S.A.			4.100.405	5,2%		
Monique Uchoa Cavalcanti de Vasconcelos	4.100.405	5,2%			666.666	0,8%
Administradores e Conselheiros	124.371	0,2%			52.482	0,1%
Tesouraria	15.300	0,0%				
Outros	21.835.477	27,7%	21.197.071	27,0%	19.777.923	25,2%
	<u>78.751.843</u>	<u>100,0%</u>	<u>78.585.066</u>	<u>100,0%</u>	<u>78.585.066</u>	<u>100,0%</u>

(b) Movimentação das ações do capital

Quantidade de ações escriturais, sem valor nominal.

Movimentação das Ações

Em 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2009	<u>78.585.066</u>
Emissão de ações ordinárias, em atendimento ao exercício das opções outorgadas - AGO 28.01.2010	32.121
Emissão de ações ordinárias, em atendimento ao exercício das opções outorgadas - AGO 29.04.2010	122.431
Emissão de ações ordinárias, em atendimento ao exercício das opções outorgadas - AGO 29.07.2010	<u>12.225</u>
Em 30 de setembro de 2010	<u><u>78.751.843</u></u>

(c) Ações em tesouraria

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 12 de maio de 2010, aprovou o plano de recompra de ações da Companhia, com o objetivo de mantê-las em tesouraria ou posterior cancelamento. O programa prevê a recompra de até 1.527.788 ações.

Até 30 de setembro de 2010 a Companhia já havia recomprado 15.300 ações.

Movimentação das ações em tesouraria:

	Ordinárias	Saldo-R\$
Aquisição de ações	15.300	297.447
Em 30 de setembro de 2010	15.300	297.447
Custo médio de aquisição em 30 de setembro de 2010 por ação		19,44
Valor de mercado em 30 de setembro de 2010 por ação		19,41

(d) Reserva de capital

d.1) Ágio na subscrição de ações

À época de sua constituição, a SESES foi reconhecida como entidade sem fins lucrativos, e em razão disso gozava de imunidade e isenção tributária, sendo reconhecida como de utilidade pública no âmbito federal e estadual. Com a transformação da SESES em sociedade com fins lucrativos, em 9 de fevereiro de 2007, a Entidade passou a se sujeitar à carga tributária devida por uma sociedade comercial, ressalvadas as isenções decorrentes à adesão ao Programa Universidade para Todos – PROUNI. A exemplo da SESES, as mantenedoras, embora não tivessem caráter filantrópico, quando de sua constituição também foram reconhecidas como entidades sem fins lucrativos, fazendo jus a determinadas isenções fiscais até 30 de setembro de 2005 quando foram transformadas em sociedades empresariais com fins lucrativos.

Quando do referido aumento do capital social, os acionistas da Companhia atribuíram ao preço de emissão das ações o valor de R\$ 27.072, ao passo que o valor dos ativos utilizados na integralização do capital indicava que as quotas da SESES e das mantenedoras possuíam um valor patrimonial de R\$ 123.554.

O valor deste aumento de capital (R\$ 27.072) equivale aos recursos efetivamente aportados pelos acionistas controladores no negócio, seja como capital inicial, seja como aumento do mesmo mediante a capitalização de lucros e reservas de lucros gerados após a transformação da SESES e das mantenedoras em sociedades empresárias com fins lucrativos. O valor da diferença (R\$ 96.482) entre o montante atribuído aos bens pelos acionistas subscritores e o montante desses bens à valor patrimonial, foi registrado na Companhia em rubrica específica de reserva de capital (ágio na subscrição de ações) e refere-se, substancialmente, ao saldo remanescente dos resultados acumulados auferidos pelas empresas controladas (SESES e mantenedoras) antes da transformação de sua forma jurídica de entidades sem fins lucrativos para sociedades empresárias.

d.2) Opções de outorgas

A Companhia constituiu a Reserva de Capital para Opções de Ações outorgadas no montante de R\$ 1.357 durante o trimestre findo em 30 de setembro de 2010, conforme mencionado na Nota 23 (b). Como o pronunciamento técnico requer, o valor justo das opções foi determinado na data da outorga e está sendo reconhecido pelo período de aquisição do direito (vesting period), até a data dessas informações trimestrais.

(e) Ajustes de avaliação patrimonial

Em conformidade com o disposto pelo IAS 21, onde determina que os ajustes das variações cambiais de investimentos no exterior sejam reconhecidas direto no patrimônio líquido da Controladora. A Companhia mantém saldo negativo de R\$ 297 na conta de Ajustes acumulados de conversão em 30 de setembro de 2010, decorrentes da conversão das informações trimestrais de sua controlada no exterior, SESSA.

(f) Reserva de lucros

f.1) Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação na mais se faz obrigatório. A reserva de capital somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

f.2) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

16 Resultado financeiro

	30/9/2010	30/9/2009
Receitas financeiras		
Multa e juros recebidos por atraso	11.105	8.062
Rendimentos de aplicações financeiras	11.366	14.662
Outras	873	716
	<u>23.344</u>	<u>23.440</u>
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	3.143	3.925
Juros e encargos financeiros	1.037	3.435
Descontos financeiros	5.375	4.283
Outras	3.049	282
	<u>12.604</u>	<u>11.925</u>

A rubrica de descontos financeiros correspondem aos descontos concedidos quando das renegociações de mensalidades em atraso.

17 Imposto de renda e contribuição social

Em conformidade com a Lei nº 11.096/2005, regulamentada pelo Decreto 5.493/2005 e normatizada pela Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 456/2004, nos termos do artigo 5º da Medida Provisória nº 213/2004, as entidades de ensino superior que aderiram ao PROUNI ficam isentas, no período de vigência do termo de adesão, dentre outros, do IRPJ e da CSLL, devendo a apuração ser baseada no lucro da exploração das atividades isentas.

A reconciliação dos impostos apurados, conforme alíquotas nominais, e o valor dos impostos registrados nos trimestres findos em 30 de setembro de 2010 e de 2009 está apresentada a seguir:

	Consolidado	
	30/9/2010	30/9/2009
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	60.051	53.813
Alíquota nominal combinada de imposto de renda e da contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da	20.417	18.296
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva		
Ajustes da Lei 11.638/2007	1.842	1.110
Equivalência patrimonial	(168)	
Amortização de Ágio		
Despesas não dedutíveis (a)	276	143
Provisão de Bonus (a)	(891)	
Lucros auferidos no exterior		
Compensação de prejuízo fiscal		(778)
Ajustes iniciais para adoção de novas práticas	370	352
Provisão para contingências	983	309
Reversão de PDD não dedutível e mensalidades a	(412)	(1.804)
Provisão para devedores duvidosos		
Crédito tributário diferido não contabilizado (c)		1.279
Reversões de provisões administrativas (d)	(849)	
Provisão para perda no imobilizado		(227)
Outras	1	(239)
	21.569	18.441
Benefício fiscal lucro da exploração - PROUNI	(19.792)	(17.059)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	1.777	1.382
Alíquota efetiva	2,96%	2,57%

(a) Refere-se basicamente a despesa de bônus a funcionários, patrocínios e brindes.

(b) Valor de PDD não dedutível se refere aos alunos com carnês em abertos, vencidos a menos de 180 dias, e a provisão para cancelamento de boletos de mensalidades.

(c) Referem-se aos créditos tributários calculados sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias ainda não contabilizados.

(d) Refere-se a baixa de fornecedores em aberto até o ano de 2008.

Em 30 de setembro de 2010 a Companhia possui créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 3.099 (R\$ 3.637 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 3.557 em 1 de janeiro de 2009) ainda não registrados contabilmente, por não ser possível afirmar se sua realização é, presentemente, considerada provável.

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, por meio do qual as apurações do imposto sobre a renda (IRPJ), da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), da contribuição para o PIS e da contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS), continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, vigentes em 31 de dezembro 2007. Dessa forma, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da Lei nº 11.941/09 foram registrados nas informações trimestrais consolidadas da Companhia, quando aplicáveis. A Companhia consignou referida opção na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) no ano de 2009.

18 Instrumentos financeiros

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 30 de setembro de 2010, encontram-se registrados nas contas patrimoniais e por valores compatíveis com aqueles praticados no mercado. Os principais estão descritos a seguir, bem como os critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado:

(a) Disponibilidades e valores equivalentes

Os valores contabilizados se aproximam dos valores de mercado em razão do vencimento a curto prazo desses instrumentos.

(b) Partes relacionadas

Apresentadas ao valor contábil, uma vez que não existem instrumentos similares no mercado.

(c) Empréstimos e financiamentos

São classificados como passivos financeiros mantidos até o vencimento, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes passivos são equivalentes aos seus valores contábeis.

(d) Contas a receber

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, os quais equivalem ao valor de mercado.

(e) Demais instrumentos financeiros ativos e passivos

Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Fatores de riscos:

Todas as operações da Companhia e suas controladas são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. A Administração constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante julgado suficiente para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber; portanto, o risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados encontra-se mensurado e registrado contabilmente. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser assim enumerados:

(a) Risco de crédito

A política de matrícula da Companhia para fins de elaboração dessas informações trimestrais está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitarem no curso de seus negócios.

(b) Risco de taxa de juros

O risco da taxa de juros a que a Companhia está exposta é em função de sua dívida de longo prazo e, em menor escala de curto prazo. A dívida a taxa de juros flutuantes expressa em reais está sujeita, principalmente, à flutuação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Adicionalmente, qualquer aumento nas taxas de juros poderá elevar o custo dos empréstimos estudantis, inclusive os empréstimos nos termos do FIES, e reduzir a demanda em relação aos cursos.

(c) Risco de taxa de câmbio

O resultado da Companhia não é suscetível a sofrer variações pela volatilidade da taxa de câmbio, pois a Companhia não possui operações significativas em moeda estrangeira.

(d) Análise de sensibilidade

A Companhia não opera tais instrumentos, desta forma não identificou nenhum risco decorrente de uma eventual exposição associada.

19 Cobertura de Seguros

A Companhia e suas controladas possuem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A Companhia e suas controladas possuíam as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Ramos	Importâncias segurados		
	30/9/2010	31/12/2009	1/1/2009
Responsabilidade Civil dos Diretores	75.000	75.000	0
Incêndio de bens do imobilizado	66.613	25.000	31.450
Responsabilidade Civil	5.000	5.000	3.880
Despesa Fixa	5.000	5.000	340
Equipamentos Eletrônicos	400	400	5.530
Queda de aeronave			860
Demais ramos	2.360	1.760	3.058

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores a revisão da suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto a sua adequação pela Administração da Companhia.

20 Compromissos

As empresas controladas possuem diversos contratos de aluguel de suas instalações. Os compromissos futuros relacionados a esses contratos em vigor em 30 de setembro de 2010, considerando (i) que haverá renovações normais em seus prazos de vencimentos e (ii) levando-se em conta os valores conhecidos naquela data, serão anualmente da ordem de R\$ 94.000 pelos próximos 5 anos.

21 Remuneração dos administradores

(a) Remuneração

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembléia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores. Em Assembléia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2010, foi fixado o limite de remuneração global mensal dos Administradores (Conselho de Administração e Diretoria) da Companhia.

Nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2010 e 30 de setembro de 2009, a remuneração total (salários e participação nos lucros) dos conselheiros, dos diretores e dos principais executivos da Companhia foi de R\$ 8.550 e R\$ 6.213, respectivamente, remunerações estas dentro dos limites aprovados em correspondentes Assembléias de Acionistas.

A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-empregos, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados (exceto pelo plano de opção de compra de ações descrito na Nota 23.b).

(b) Plano de opção de compra de ações

Na Assembléia Geral Extraordinária de 13 de junho de 2008, os acionistas aprovaram o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Plano"), direcionado aos administradores, empregados e prestadores de serviço da Companhia ("beneficiários"). O Plano é administrado pelo Comitê de Administração do Plano, criado pelo Conselho de Administração especificamente para este fim em reunião realizada em 1º de julho de 2008. Compete ao Comitê, periodicamente, criar programas de opção de aquisição de ações e outorgar à listagem de Beneficiários (revisada de tempos em tempos) as opções e as regras específicas aplicáveis, sempre observadas as regras gerais do Plano ("Programa").

O volume de opções de aquisição de ações está limitado a 4,15% das ações representativas do capital social da Companhia na data da aprovação de cada Programa. Tal limite poderá ser elevado até 5%, desde que a Companhia, através de recompras no mercado, tenha adquirido ações de sua própria emissão e cancelado as mesmas em montante igual ou superior ao montante de ações equivalentes ao percentual de 0,85% que poderão ser emitidas em razão do plano de opção de compra de ações.

A opção de aquisição de ações é formalizada em contrato individual firmado entre a Companhia e cada beneficiário. Como condição para aquisição do direito à opção de compra de ações, o beneficiário deve efetuar o pagamento do valor das ações em até 30 (trinta) dias contados da subscrição ou aquisição das ações relativas ao lote incorporado e exercido. Para o 1º Programa de Opção de Compra de Ações, aprovado pelo Comitê em 15 de julho de 2008, o Preço de Exercício das opções será de dezesseis reais e cinquenta centavos por ação, devidamente corrigido pelo IGPM desde 11 de julho de 2008, e deduzido o valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pagos pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário.

Para o 2º Programa de Opção de Compra de Ações, aprovado pelo Comitê em 20 de abril de 2010, o Preço de Exercício das opções será equivalente ao valor médio das ações dos últimos 30 (trinta) pregões na Bolsa de Valores de São Paulo anteriores à data da inclusão do beneficiário no 2º Programa, devidamente corrigido pelo IGPM desde a data da inclusão do beneficiário no 2º Programa, e deduzido o valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pagos pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário. O Comitê poderá, quando da inclusão do beneficiário no 2º Programa, determinar que seja concedido um desconto de até 10% (dez por cento) no Preço de Exercício.

Em 30 de setembro de 2010 o número de opções outorgadas que tinham sido exercidas era de 154.552 ações. O saldo de ações que compõem essas opções é 2.724.755 ações.

As premissas utilizadas para cálculo de cada outorga, a partir do modelo de Black-Scholes, são descritas a seguir:

Data da outorga	Preço spot*	Volatilidade anual	Taxa de Juros real	Preço de exercício	Prazo médio (anos)	Dividend Yield
11/7/2008	23,50	57,49%	6,85%	16,50	4,68	0,97%
30/9/2008	14,05	56,00%	8,42%	16,50	4,68	1,62%
2/10/2008	14,60	55,87%	7,66%	16,50	4,68	1,56%
10/11/2008	14,65	64,90%	9,68%	16,50	4,68	1,55%
13/1/2009	13,20	63,99%	6,83%	16,50	4,68	1,72%
10/8/2009	24,05	58,14%	5,77%	16,50	4,68	0,95%
29/9/2009	20,10	56,75%	5,64%	16,50	4,68	1,13%
11/1/2010	24,50	63,15%	6,23%	16,50	4,68	0,93%
1/3/2010	22,50	62,20%	6,21%	16,50	4,68	1,01%
6/5/2010	18,99	60,71%	6,30%	19,20	4,68	1,62%
28/7/2010	20,20	58,84%	6,25%	19,20	4,68	1,52%

* preço de mercado nas respectivas datas das outorgas

Em atendimento ao disposto no IFRS 3, os pagamentos baseados em ações que estavam em aberto em 30 de setembro de 2010 foram mensurados e reconhecidos pela Companhia.

A Companhia reconhece mensalmente as opções de ações outorgadas, como reserva de capital com contrapartida no resultado, registrando-se o montante de R\$ 1.357 no trimestre findo em 30 de setembro de 2010.

Além do Plano de Opção de Compra de Ações, a Companhia não concedeu quaisquer outros benefícios aos seus administradores até 30 de setembro de 2010.

22 Lucro por ação

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

O lucro por ação básico é computado pela divisão do lucro líquido pela média ponderada das ações em circulação no período. O cálculo de lucro por ação diluído é calculado incluindo-se as opções de compra de ações de executivos e funcionários-chave usando-se o método de ações em tesouraria quando o efeito é dilutivo. O efeito anti-dilutivo de todas as potenciais ações são ignoradas no cálculo do lucro por ação diluído.

a) Lucro por ação básico

	30/09/2010	30/09/2009
Lucro líquido do período	58.273	52.431
Média ponderada de número de ações em circulação	78.678.530	78.585.066
Lucro líquido por ação básico	0,000740647	0,000667188

b) Lucro por ação diluído

	30/09/2010	30/09/2010
Lucro líquido do período	58.273	52.431
Média ponderada de número de ações em circulação	78.678.530	78.585.066
Potencial incremento na quantidade de ações em função do plano de opções	2.711.731	2.761.211
Média ponderada ajustada de ações em circulação	81.390.261	81.346.277
Lucro líquido por ação diluído	0,000715970	0,000644541

23. Demonstração do resultado abrangente

	Controladora		Consolidado	
	30/9/2010	30/9/2009	30/9/2010	30/9/2009
Lucro líquido do período	58.273	52.431	58.273	52.431
Variação cambial sobre investimento no exterior	(242)	(838)	(242)	(838)
Resultado abrangente	58.031	51.593	58.031	51.593

24. Eventos Subsequentes

(a) Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de agosto de 2010 foram aprovadas a distribuição primária e secundária de ações de emissão da Companhia através de uma Oferta Pública de Ações.

Em 8 de outubro de 2010 o processo de Oferta Pública de Ações foi concluído e encerrado. O Preço por Ação e a autorização para a Companhia outorgar a Opção de Lote Suplementar e emitir as Ações do Lote Suplementar foram aprovados em reunião do conselho de administração da Companhia realizada em 30 de setembro de 2010. Foram ofertadas ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de qualquer ônus ou gravame, sendo 32.803.240 Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores, especificados no Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Ações e 3.280.324 Ações do Lote Suplementar ao preço de R\$19,00 por Ação perfazendo o total de R\$ 623.261.

O aumento de capital social da Companhia decorrente do exercício da Opção de Lote Suplementar, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações e do seu estatuto social, dentro do limite de capital autorizado previsto no estatuto social da Companhia, foi aprovado em reunião do conselho de administração da Companhia realizada em 6 de outubro de 2010.

Os Acionistas Vendedores alienaram todas as ações da Companhia que possuíam e não mais detém participação alguma no capital social da Estácio Participações.

(b) Aquisição da Faculdade Atual da Amazonia

Em 18 de outubro de 2010 a controlada IREP adquiriu a totalidade das quotas do capital social da Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda., sociedade limitada, com sede na Cidade de Boa Vista, Estado de Roraima. A Sociedade é a mantenedora da Faculdade Atual da Amazônia – FAA ("FAA").

O valor da transação foi de R\$ 20.000, incluindo pagamento aos sócios e assunção de obrigações da empresa.

Na data de aquisição a FAA possuía 4.500 alunos matriculados em seus cursos presenciais de graduação e pós-graduação, sendo a instituição líder em ensino superior privado do Estado de Roraima.

* * *

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Mensagem da Administração

É com grande satisfação que anunciamos os resultados do 3T10, trazendo avanços importantes nos principais indicadores de desempenho, fruto do trabalho consistente na melhoria de nossas operações e disciplina financeira, sempre tendo como norte a qualidade sustentável da nossa atividade para nossos alunos, colaboradores e acionistas.

- **Recorde histórico em captação no 2º semestre com 50,3 mil novos alunos, 27,0% maior que em 2009**
- **Crescimento de 32,7% no EBITDA do período, para R\$41,8 milhões**
- **Avanço de 4,3 pontos percentuais na margem EBITDA para 16,8%**

Neste trimestre, captamos 50,3 mil novos alunos, dos quais 39,2 mil alunos presenciais, um aumento de 18,1% sobre a captação do 3T09. Nos cursos a distância, adicionamos 11,1 mil novos alunos, um avanço de 73,4% sobre o mesmo período de 2009. No total, um crescimento de 27,0% na captação, o que levou nossa base total de alunos (incluindo pós-graduação) a 216,2 mil alunos, um crescimento de 2,0% sobre o 3T09, indicando o ponto de inflexão na direção do crescimento sustentado com qualidade de nossa operação.

O que está por trás desse sucesso na captação? O lançamento do novo modelo de ensino em escala nacional, com destaque especial para o material didático incluso na mensalidade, um diferencial único no mercado, que vem conquistando níveis crescentes de receptividade e preferência pelo nosso público alvo frente à concorrência, fortalecendo ainda mais a imagem e reputação de qualidade da oferta de ensino da Estácio. Conjugado a isso, temos agora a força da nossa área comercial, formada por uma equipe que trabalha junto às nossas unidades em nível nacional e segmentada em diferentes canais. Isso traz solidez ao processo de captação ao longo do ano todo, produzindo resultados mais duradouros e não conquistas pontuais de curto prazo baseadas em campanhas e ofertas promocionais dispendiosas. Resultado disso: recorde de captação ao "custo de aquisição por aluno" mais baixo do setor. Definido como despesas de marketing incorridas nos 6 meses precedentes ao fechamento do ciclo de captação (i.e., de Abril a Setembro), dividido pelo número de alunos captados, tivemos um índice de R\$345,5/aluno captado, certamente o mais baixo entre nossos concorrentes comparáveis.

Em termos de ganho de eficiência e rentabilidade, avançamos de forma substancial no período, especialmente no custo docente, nosso principal foco de atuação. Crescemos nosso EBITDA em 32,7% no período, para R\$41,8 milhões, atingindo um avanço da margem em 4,3 pontos percentuais, para 16,8%. Tais resultados, conquistados num período de receitas estáveis (dada a movimentação de alunos ao longo de 2009 e 2010 conforme descrito em nossos últimos relatórios) nos fazem ainda mais confiantes quanto à continuidade dos ganhos futuros de

02101-6

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

eficiência e expansão de margem alavancados, a partir de agora, por uma base de alunos crescente, dados os resultados de captação agora atingidos.

Em 18 de outubro de 2010, anunciamos a aquisição da Faculdade Atual da Amazônia, sediada em Boa Vista, Roraima. Com 4.500 mil alunos e 40% de participação de mercado, a Faculdade Atual da Amazônia encaixa-se perfeitamente em nossa estratégia de levar ensino de qualidade diferenciada a preços acessíveis a jovens trabalhadores no Brasil, expandindo nossa presença em regiões de alto crescimento, produzindo importantes ganhos de eficiência a partir da nossa capacidade de integração e modelo de negócio escalável.

Em 20 de outubro de 2010, o Ministério da Educação (MEC) anunciou um conjunto de medidas positivas para o FIES, entre as quais se destacam a não exigência de fiador a partir de 2011 e o credenciamento do Banco do Brasil como mais um agente distribuidor da linha de financiamento. Já avançamos em tratativas com o Banco do Brasil, dada a sua vasta presença e rede de distribuição nacional, e estaremos implantando a chamada "Linha Verde", que será um atendimento exclusivo aos alunos da Estácio em agências selecionadas do banco para receber e tornar mais ágil o processamento da documentação necessária para a adesão de nossos alunos ao FIES. Isso será mais uma alavanca de crescimento em captações futuras e melhoria na gestão da renovação e adimplência de nossos alunos. Ao final do 3T10 a Estácio contava com cerca de 6,0 mil alunos com esta modalidade de financiamento.

Nesse trimestre anteciparemos a adoção integral dos padrões de CPC e IFRS (mandatório a partir de 31 de dezembro de 2010) e seremos a primeira empresa brasileira do segmento de educação a apresentar nossas informações financeiras em conexão com as novas normas contábeis.

Por último, gostaríamos de registrar nossa satisfação com os resultados da nossa Oferta Pública de Ações (OPA) concluída em 8 de outubro, na qual foram distribuídas 36.083.564 ações, num valor total de R\$685,6 milhões, elevando o nosso *float* para 75,6% do capital da Companhia. Desde então, a liquidez média diária de nossas ações atingiu o patamar de R\$10,8 milhões e as ações valorizaram 32,4%. O sucesso da OPA é reflexo da confiança depositada pelos investidores e acionistas em nossa gestão e na visão sobre o futuro da Empresa e do setor educacional brasileiro. Continuaremos comprometidos a buscar crescimento com rentabilidade de forma sustentável, calcada na qualidade de nosso ensino, satisfação de nossos alunos e disciplina operacional e financeira.

Indicadores Operacionais

Tabela 1 – Base de Alunos

02101-6

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Em mil	3T09	3T10	Var.
Base de Alunos - Final	211,9	216,2	2,0%
Presencial	204,1	191,5	-6,2%
Graduação	194,5	180,7	-7,1%
Pós-graduação	9,6	10,8	12,5%
EAD	7,8	24,7	216,7%
Graduação	6,2	22,3	259,7%
Pós-graduação	1,6	2,4	50,0%

A **base total de alunos** atingiu 216,2 mil ao final do 3T10, um aumento de 2,0% em relação ao 3T09, em razão principalmente do aumento da base de alunos EAD, que totalizou 24,7 mil alunos ao final do 3T10.

Com a captação do 2º semestre, iniciamos a recuperação da base de alunos presencial, que enfrentou uma redução dado o processo de limpeza de base feita em 2009.

Após um ano em operação, o **segmento de EAD**, que oferece aulas ao vivo (transmitidas via satélite, diretamente dos estúdios do Rio de Janeiro) e on-line, teve uma adição líquida de 16,9 mil alunos no período, resultado do elevado padrão de qualidade da estrutura e metodologia adotadas pela Estácio.

02101-6

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Tabela 2 – Movimentação da Base de Alunos Presenciais (graduação e pós-graduação)

Em mil	3T09	3T10	Var.
Saldo Inicial de Alunos	211,4	193,9	-8,3%
Formandos	(13,7)	(18,1)	32,1%
Base Renovável	197,7	175,8	-11,1%
Evasão / Não Renovados	(26,8)	(23,5)	-12,3%
Renovação	170,9	152,3	-10,9%
Captação	33,2	39,2	18,1%
Saldo Final de Alunos	204,1	191,5	-6,2%

Tabela 3 – Movimentação da Base de Alunos EAD (graduação e pós-graduação)

Em mil	3T09	3T10	Var.
Saldo Inicial de Alunos	-	20,9	N.A.
Formandos	-	(0,1)	N.A.
Base Renovável	1,5	20,8	1286,7%
Evasão / Não Renovados	(0,1)	(7,2)	N.A.
Renovação	1,4	13,6	871,4%
Captação	6,4	11,1	73,4%
Saldo Final de Alunos	7,8	24,7	216,7%

A **captação de alunos presenciais** no 3T10 somou 39,2 mil alunos, representando um crescimento de 18,1% em comparação com o mesmo período do ano anterior. A **captação em EAD** do 3T10 somou 11,1 mil novos alunos à base da Estácio, representando um crescimento de 73,4% em comparação com o mesmo período do ano anterior.

O processo de captação deste trimestre foi impulsionado pela introdução do novo modelo acadêmico com o material didático incluso na mensalidade e pelo apoio de uma força de vendas estruturada utilizando um enfoque de *trade marketing*, com segmentação geográfica e por canal de vendas. A Estácio conta agora com uma equipe que visita regularmente 7.000 escolas e 2.000 companhias com foco na captação de alunos ao longo de todo o ano. Estes pontos, aliados a ações de marketing direto como o Projeto Tira Dúvidas e o novo Ponto de Venda da Estácio, evidenciam cada vez mais o uso eficiente de nossos recursos para fortalecer e impulsionar o processo de captação de alunos da Estácio.

Lançamos o **Projeto Tira Dúvidas**, que presta atendimento gratuito didático de Português e Matemática por professores e universitários da Estácio UniRadial aos usuários de estações de trem e metrô na cidade de São Paulo, nosso público-alvo. A ação começou em março deste ano, na Estação Brás (uma das estações de metrô mais movimentadas de São Paulo – com uma circulação

02101-6

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

de 450.000 pessoas/dia).O projeto é uma oportunidade de divulgação da marca Estácio na cidade de São Paulo.

Em setembro de 2010, foi inaugurado o primeiro **Ponto de Venda (PDV) da Estácio** no Madureira Shopping do Rio de Janeiro. O PDV Estácio tem como principal objetivo a divulgação de todos os cursos de Graduação, Ensino a Distância, Pós Graduação, Cursos Livres e Extensão. Nesse ambiente, os potenciais alunos têm acesso ao material didático oferecido pela Estácio, ao programa Click Profissão (exercício vocacional) e às diversas modalidades de financiamento estudantil. Esse foi o primeiro de vários outros que serão lançados em breve a fim de auxiliar os próximos processos de captação da Estácio, assim como reforçar a imagem institucional da empresa.

Receita Operacional

Tabela 4 – Composição da Receita Operacional

Em R\$ milhões	3T09	3T10	Variação	9M09	9M10	Variação
Receita Operacional Bruta	361,3	363,4	0,6%	1.102,5	1.098,1	-0,4%
Mensalidades	357,1	357,8	0,2%	1.088,8	1.084,6	-0,4%
Outras	4,2	5,6	33,3%	13,7	13,5	-1,5%
Deduções da Receita Bruta	(110,0)	(113,9)	3,5%	(338,1)	(334,4)	-1,1%
Descontos e Bolsas	(98,5)	(101,4)	2,9%	(303,3)	(298,8)	-1,5%
Devolução de mensalidades e taxas	(0,7)	(2,0)	185,7%	(2,3)	(3,4)	47,8%
Impostos	(10,8)	(10,5)	-2,8%	(32,5)	(32,2)	-0,9%
% Deduções / Receita Operacional Bruta	30,4%	31,3%	0,9 p.p.	30,7%	30,5%	-0,2 p.p.
Receita Operacional Líquida	251,3	249,5	-0,7%	764,4	763,7	-0,1%

A **receita operacional bruta** totalizou R\$363,4 milhões no 3T10, um aumento de 0,6%, devido principalmente ao aumento da participação da base de alunos EAD (que tem um ticket médio menor) combinado à redução de 6,2% na base de alunos presenciais. No 9M10, a **receita bruta** somou R\$1.098,1 milhões, uma redução de 0,4% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Tabela 5 – Cálculo do Ticket Médio – Presencial

Em R\$ milhões*	3T09	3T10	Var.
Receita Bruta Presencial	355,9	344,8	-3,1%
Deduções Presencial	(108,3)	(107,7)	-0,6%
Receita Líquida Presencial	247,6	237,1	-4,2%
Base de Alunos Presencial Final (mil)	204,1	191,5	-6,2%
Ticket Médio Presencial (R\$)	404,4	413,2	2,2%

* A não ser quando especificado de forma diferente.

O **ticket médio presencial** somou R\$413,2, um crescimento de 2,2% em relação ao mesmo período do ano anterior.

02101-6

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Tabela 6 – Cálculo do Ticket Médio – EAD

Em R\$ milhões*	3T09	3T10	Var.
Receita Bruta EAD	5,4	18,6	244,4%
Deduções EAD	(1,7)	(6,2)	264,7%
Receita Líquida EAD	3,7	12,4	235,1%
Base de Alunos EAD Final (mil)	7,8	24,7	216,7%
Ticket Médio EAD (R\$)	158,8	175,7	10,6%

* A não ser quando especificado de forma diferente.

O **ticket médio EAD** somou R\$175,7, um crescimento de 10,6% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Custos dos Serviços Prestados

Tabela 7 – Composição dos Custos dos Serviços Prestados

Em R\$ milhões	3T09	3T10	Variação	9M09	9M10	Variação
Custos dos Serviços Prestados	(174,9)	(164,8)	-5,8%	(535,2)	(519,2)	-3,0%
Pessoal	(123,4)	(115,0)	-6,8%	(389,3)	(375,2)	-3,6%
Pessoal e encargos	(105,7)	(95,7)	-9,5%	(332,2)	(312,5)	-5,9%
INSS	(17,7)	(19,3)	9,0%	(57,1)	(62,7)	9,8%
Aluguéis, condomínio e IPTU	(25,4)	(24,2)	-4,7%	(74,6)	(72,0)	-3,5%
Material didático	(0,7)	(3,2)	357,1%	(0,7)	(9,7)	1285,7%
Serviços de terceiros e outros	(12,3)	(12,0)	-2,4%	(39,3)	(38,2)	-2,8%
Custos não recorrentes	(5,4)	(7,6)	40,7%	(7,2)	(10,1)	40,3%
Depreciação	(7,7)	(2,8)	-63,6%	(24,1)	(14,0)	-41,9%

Obs.: Foi realizada uma reclassificação na linha de Pessoal de R\$10,3 milhões no 3T09 e R\$36,1 milhões no 9M09, que estavam alocados como despesas gerais e administrativas e passaram a ser alocados em custos dos serviços prestados, para fins de comparação com 2010.

Tabela 8 – Análise Vertical dos Custos dos Serviços Prestados

% em relação à receita operacional líquida	3T09	3T10	Variação	9M09	9M10	Variação
Custos dos Serviços Prestados	69,6%	66,1%	-3,5 p.p.	70,0%	68,0%	-2,0 p.p.
Pessoal	49,1%	46,1%	-3,0 p.p.	50,9%	49,1%	-1,8 p.p.
Pessoal e encargos	42,1%	38,4%	-3,7 p.p.	43,5%	40,9%	-2,5 p.p.
INSS	7,0%	7,7%	0,7 p.p.	7,5%	8,2%	0,7 p.p.
Aluguéis, condomínio e IPTU	10,1%	9,7%	-0,4 p.p.	9,8%	9,4%	-0,4 p.p.
Material didático	0,3%	1,3%	1,0 p.p.	0,1%	1,3%	1,2 p.p.
Serviços de terceiros e outros	4,9%	4,8%	-0,1 p.p.	5,1%	5,0%	-0,1 p.p.
Custos não recorrentes	2,1%	3,0%	0,9 p.p.	0,9%	1,3%	0,4 p.p.
Depreciação	3,1%	1,1%	-1,9 p.p.	3,2%	1,8%	-1,3 p.p.

02101-6

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

No 3T10, os custos dos serviços prestados apresentaram uma redução de 5,8% em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente em função da redução de 9,5%, ou R\$10,0 milhões, no custo docente, associado à melhor gestão desse item.

Os custos não recorrentes no valor de R\$7,6 milhões registrados no 3T10 são associados às rescisões contratuais de pessoal, que resultaram em uma redução de 8% na base de professores.

Nos nove primeiros meses de 2010, os **custos dos serviços prestados** apresentaram uma redução de 3,0% ou 2,0 p.p. em relação à receita líquida do 9M09 em função, basicamente, da melhor gestão do custo docente, o que mais do que compensou os custos com a introdução do material didático.

Lucro Bruto

Tabela 9 – Demonstração do Lucro Bruto

Em R\$ milhões	3T09	3T10	Variação	9M09	9M10	Variação
Receita operacional líquida	251,3	249,5	-0,7%	764,4	763,7	-0,1%
Custos dos serviços prestados	(174,9)	(164,8)	-5,8%	(535,2)	(519,2)	-3,0%
Lucro Bruto	76,4	84,7	10,9%	229,2	244,5	6,7%
(-) Custos não recorrentes	5,4	7,6	40,7%	7,2	10,1	40,3%
Lucro Bruto Recorrente	81,8	92,3	12,8%	236,4	254,6	7,7%
Margem Bruta Recorrente	32,6%	37,0%	4,4 p.p.	30,9%	33,3%	2,4 p.p.

O **lucro bruto recorrente** no 3T10 somou R\$92,3 milhões, um aumento de 12,8%, face aos R\$81,8 milhões no 3T09, reflexo, principalmente, da redução dos custos dos serviços prestados no trimestre. A margem bruta recorrente no trimestre apresentou uma variação positiva de 4,4 p.p..

No 9M10, o **lucro bruto recorrente** somou R\$254,6 milhões, um crescimento de 2,4 pontos percentuais na margem bruta recorrente do período. A contínua redução de custo, principalmente custo docente, foi o principal fator responsável por esse ganho de margem.

Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas

Tabela 10 – Composição das Despesas Comerciais Gerais e Administrativas

02101-6

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Em R\$ milhões	3T09	3T10	Variação	9M09	9M10	Variação
Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas	(64,4)	(62,6)	-2,8%	(186,7)	(194,0)	3,9%
Despesas Comerciais	(17,5)	(15,7)	-10,3%	(52,8)	(60,0)	13,6%
PDD	(8,1)	(6,3)	-22,2%	(23,8)	(26,4)	10,9%
Publicidade	(9,4)	(9,4)	0,0%	(29,0)	(33,6)	15,9%
Despesas Gerais e Administrativas	(44,3)	(41,7)	-5,9%	(127,3)	(124,9)	-1,9%
Pessoal	(17,1)	(18,4)	7,6%	(48,0)	(49,4)	2,9%
Pessoal e encargos	(14,8)	(15,8)	6,8%	(41,7)	(41,1)	-1,4%
INSS	(2,3)	(2,6)	13,0%	(6,3)	(8,3)	31,7%
Outros	(26,0)	(23,1)	-11,2%	(74,4)	(70,1)	-5,8%
Despesas não recorrentes	(1,2)	(0,2)	-83,3%	(4,9)	(5,4)	10,2%
Depreciação	(2,6)	(5,2)	100,0%	(6,6)	(9,1)	37,9%

Tabela 11 – Análise Vertical das Despesas Comerciais Gerais e Administrativas

% em relação à receita operacional líquida	3T09	3T10	Variação	9M09	9M10	Variação
Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas	25,6%	25,1%	-0,5 p.p.	24,4%	25,4%	1,0 p.p.
Despesas Comerciais	7,0%	6,3%	-0,7 p.p.	6,9%	7,9%	0,9 p.p.
PDD	3,2%	2,5%	-0,7 p.p.	3,1%	3,5%	0,3 p.p.
Publicidade	3,7%	3,8%	0,1 p.p.	3,8%	4,4%	0,6 p.p.
Despesas Gerais e Administrativas	17,6%	16,7%	-0,9 p.p.	16,7%	16,4%	-0,3 p.p.
Pessoal	6,8%	7,4%	0,6 p.p.	6,3%	6,5%	0,2 p.p.
Pessoal e encargos	5,9%	6,3%	0,4 p.p.	5,5%	5,4%	-0,1 p.p.
INSS	0,9%	1,0%	0,1 p.p.	0,8%	1,1%	0,3 p.p.
Outros	10,3%	9,3%	-1,1 p.p.	9,7%	9,2%	-0,6 p.p.
Despesas não recorrentes	0,5%	0,1%	-0,4 p.p.	0,6%	0,7%	0,1 p.p.
Depreciação	1,0%	2,1%	1,0 p.p.	0,9%	1,2%	0,3 p.p.

As Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas somaram R\$62,6 milhões no 3T10, uma redução de 2,8% em relação ao 3T09. Essa redução deve-se principalmente à:

- (i) Redução de R\$1,8 milhão nas Despesas de Provisão para Devedores Duvidosos (PDD) do 3T10, em função de maiores recuperações nas campanhas de renegociação de mensalidades em atraso;
- (ii) Redução de R\$1,3 milhão nas Despesas de Pessoal, já considerando o aumento da alíquota de INSS;
- (iii) Redução de "Outros" no valor de R\$2,9 milhões, referente a melhor gestão das despesas gerais das unidades e do centro corporativo.

Nos nove primeiros meses de 2010, **as despesas comerciais, gerais e administrativas** aumentaram 3,9% em relação ao 9M09. Os itens que mais afetaram o desempenho das despesas foram o aumento na PDD e nas despesas de marketing do 1T10.

A **relação PDD com a receita líquida** no 3T10 foi de 2,5%, contra 3,2% no 9M09 em linha com a política de provisionamento de 100% das contas a receber com mais de 180 dias. No 9M10, a PDD representou 3,5% em relação à receita líquida contra 3,1% no 9M09.

02101-6

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

EBITDA

Tabela 12 – Demonstração do Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (EBITDA)

Em R\$ milhões	3T09	3T10	Variação	9M09	9M10	Variação
Receita Operacional Líquida	251,3	249,5	-0,7%	764,4	763,7	-0,1%
Custos dos Serviços Prestados	(174,9)	(164,8)	-5,8%	(535,2)	(519,2)	-3,0%
Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas	(64,4)	(62,6)	-2,8%	(186,7)	(194,0)	3,9%
(-) Depreciação e Amortização	10,3	8,0	-22,3%	30,7	23,1	-24,8%
EBITDA	22,3	30,1	35,0%	73,2	73,6	0,5%
(-) Resultado financeiro operacional	2,6	3,9	50,0%	8,1	11,1	37,0%
(-) Custos e despesas não recorrentes	6,6	7,8	18,2%	12,1	15,5	28,0%
EBITDA recorrente	31,5	41,8	32,7%	93,4	100,2	7,3%
Margem EBITDA recorrente	12,5%	16,8%	4,3 p.p.	12,2%	13,1%	0,9 p.p.

O **EBITDA recorrente** do 3T10 somou R\$41,8 milhões, um crescimento de 32,7% frente ao 3T09. Esse aumento é reflexo, principalmente, da redução da despesa de pessoal, tanto no custo como nas despesas gerais e administrativas. A margem EBITDA recorrente no 3T10 aumentou 4,3 p.p. em comparação ao 3T09 confirmando os resultados da melhor gestão e aumento da eficiência e lucratividade da operação.

No 9M10, o **EBITDA recorrente** totalizou R\$100,2 milhões, um aumento de 7,3% em relação ao 9M09, devido à melhor gestão do custo docente. A margem EBITDA recorrente do 9M10 foi de 13,1%, um ganho de 0,9 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

Resultado Financeiro

Tabela 13 – Composição do Resultado Financeiro

Em R\$ milhões	3T09	3T10	Variação	9M09	9M10	Variação
Resultado Financeiro	3,3	3,9	18,2%	11,5	10,7	-7,0%
Receitas Financeiras	7,1	8,4	18,3%	23,4	23,3	-0,4%
Juros e aplicações financeiras	4,5	4,5	0,0%	15,3	12,2	-20,3%
Resultado financeiro operacional	2,6	3,9	50,0%	8,1	11,1	37,0%
Despesas Financeiras	(3,8)	(4,5)	18,4%	(11,9)	(12,6)	5,9%

O **resultado financeiro** teve um aumento R\$0,6 milhão no 3T10 em comparação ao 3T09, devido principalmente ao aumento de R\$1,3 milhão no resultado financeiro operacional (multas e juros recebidos por atraso). No período acumulado de nove meses, houve uma redução de 7,0% no resultado financeiro em função, principalmente, do aumento de R\$0,7 milhão nas despesas financeiras.

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Contas a Receber e Prazo Médio de Recebimento

Tabela 14 – Contas a Receber e Prazo Médio de Recebimento

Evolução do contas a receber (R\$ milhões)	3T09	4T09	1T10	2T10	3T10
Contas a Receber Bruto	173,6	196,8	208,8	249,9	256,3
FIES	4,5	2,3	4,6	5,4	17,5
Mensalidades de alunos	150,6	175,6	187,7	221,7	210,8
Acordos a receber	18,5	18,9	16,5	22,8	28,0
Cartões a receber	4,4	2,7	1,1	6,0	11,8
Cheques a receber	14,1	16,3	15,5	16,8	16,2
Saldo PDD	(55,9)	(78,8)	(85,1)	(102,2)	(107,3)
Contas a Receber Líquido	117,8	118,0	123,7	147,7	148,9
(-) FIES	4,5	2,3	4,6	5,4	17,5
Contas a Receber Líquido Ex. FIES	113,3	115,7	119,1	142,3	131,5
Receita Líquida (Últimos 12 meses)	1.017,3	1.008,8	1.000,3	1.010,0	1.008,1
Dias do Contas a Receber Líquido Ex. FIES	40	41	43	51	47

O número de dias do Contas a Receber de alunos (mensalidades e acordos) teve uma redução para **47 dias** no 3T10 em comparação aos 51 dias registrados no 2T10, demonstrando a continuidade de nossa política austera de controle do capital de giro e saúde de nossos recebíveis.

O Contas a Receber Líquido da Companhia somou R\$148,9 milhões, aumento de 26,4% em comparação com o mesmo período do ano anterior, devido aos fatores descritos abaixo:

- (i) Mensalidades de alunos – aumento de R\$13,0 milhões nas mensalidades via FIES;
- (ii) Cartões a receber – aumento de R\$7,4 milhões em função do incentivo à utilização do cartão de crédito para renovação de matrículas, eliminando o risco de inadimplência para a Companhia.

O Contas a Receber FIES é composto pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto à Caixa Econômica Federal, sendo utilizado pela Estácio para pagamento de impostos federais, ou seja, representa créditos fiscais sem qualquer risco de inadimplência.

Lucro Líquido

Tabela 15 – Demonstração do Lucro Líquido a partir do EBITDA

02101-6

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Em R\$ milhões	3T09	3T10	Variação	9M09	9M10	Variação
EBITDA	22,3	30,1	35,0%	73,2	73,6	0,5%
Resultado financeiro	3,3	3,9	18,2%	11,5	10,7	-7,0%
Depreciação e amortização	(10,3)	(8,2)	-20,4%	(30,7)	(23,1)	-24,8%
Resultado das atividades não continuadas	-	-	N.A.	(0,1)	(1,1)	N.A.
Contribuição social	(0,2)	(0,1)	-50,0%	(0,4)	(0,5)	25,0%
Imposto de renda	(0,2)	(0,6)	200,0%	(1,0)	(1,3)	30,0%
Lucro Líquido	14,9	25,1	68,5%	52,5	58,3	11,0%
(-) Custos e despesas não recorrentes	6,6	7,8	18,2%	12,1	15,5	28,1%
Lucro Líquido Recorrente	21,5	32,9	53,0%	64,6	73,8	14,2%

Capitalização e Caixa

Tabela 16 – Capitalização e Caixa

Em R\$ milhões	30/6/2010	30/9/2010	Variação
Patrimônio líquido	489,9	516,3	5,4%
Empréstimos e financiamentos	3,5	7,5	114,3%
Curto prazo	3,3	2,7	-18,2%
Longo prazo	0,2	4,8	2300,0%
Caixa e equivalentes	172,3	183,7	6,6%
Caixa Líquido	168,8	176,2	4,4%

Ao final do 3T10, o **caixa líquido** totalizava R\$176,2 milhões, aplicados conservadoramente em instrumentos de renda fixa, referenciados ao CDI, em títulos do governo federal e certificados de depósitos de bancos nacionais de primeira linha.

O valor de R\$62,3 milhões, referente à oferta primária, somente foi creditado e contabilizado no caixa da Companhia em outubro de 2010.

O **endividamento** de R\$7,5 milhões no 3T10 corresponde à capitalização das despesas de *leasing* com equipamentos em cumprimento à Lei 11.638.

Fluxo de Caixa

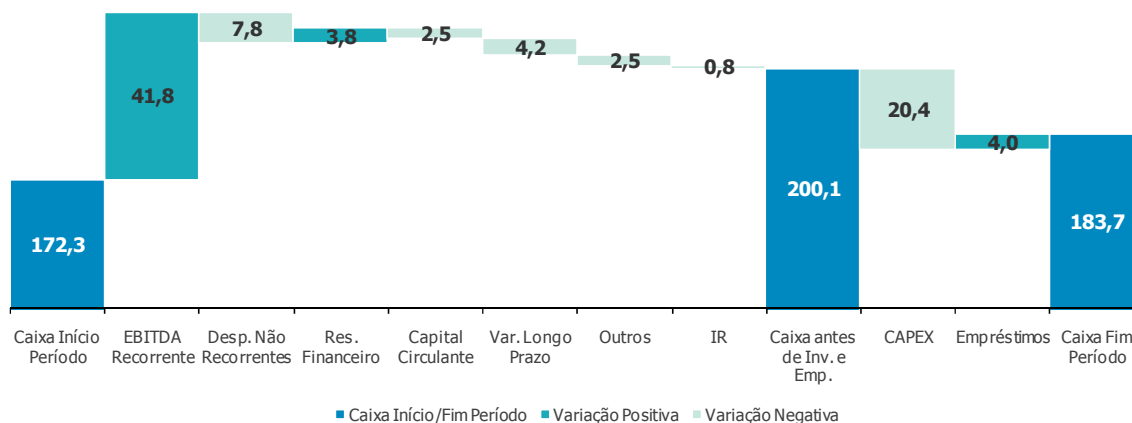
Gráfico 1 – Fluxo de Caixa (R\$ milhões)

02101-6

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

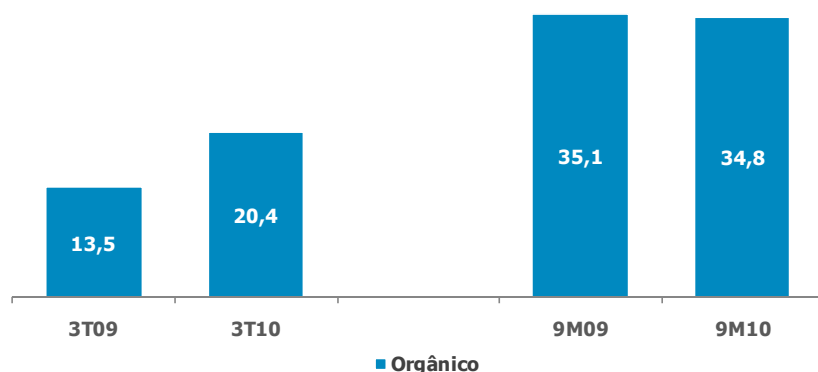
12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE



A qualidade da **geração de Caixa** da Companhia aliada à disciplina de administração de **capital de giro**, possibilitou o auto-financiamento do **CAPEX** e ainda permitiu um aumento de R\$7,4 milhões no **Caixa** do 3T10.

Investimentos (CAPEX)

Gráfico 2 – Composição do CAPEX (R\$ milhões)



No 3T10, o **CAPEX orgânico** da Estácio somou R\$20,4 milhões, alocados no novo modelo de ensino e investimentos em expansões e revitalizações e melhorias das nossas unidades. No 9M10, o

02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10
---------	----------------------------	--------------------

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

CAPEX orgânico da Estácio representou 4,6% da receita líquida, estável em relação ao mesmo período do ano anterior.

02101-6

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

A tabela abaixo contém informações sobre a quantidade de ações de emissão da Companhia, detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas, membros de Acordo de Acionistas, por Administradores da Companhia, além de ações que estão em circulação (Outros Acionistas) em **30/09/2010**.

30/09/2010

Acionistas	ON	%	Total	%
João Uchôa Cavalcanti Netto*	28.702.835	36,4%	28.702.835	36,4%
Private Equity C, LLC*	15.290.209	19,4%	15.290.209	19,4%
GPCP4 - Fundo de Investimento em Participações*	426.804	0,5%	426.804	0,5%
Monique Uchôa Cavalcanti*	4.100.405	5,2%	4.100.405	5,2%
Marcel Cleófas Uchoa Cavalcanti*	4.127.727	5,2%	4.127.727	5,2%
André Cleófas Uchôa Cavalcanti*	4.128.715	5,2%	4.128.715	5,2%
Administradores e Conselheiros	124.371	0,2%	124.371	0,2%
Conselho de Administração	56.050	0,1%	56.050	0,1%
Diretores	68.321	0,1%	68.321	0,1%
Conselho Fiscal	0	0,0%	0	0,0%
Ações em Tesouraria	15.300	0,0%	15.300	0,0%
Outros Acionistas	21.835.477	27,7%	21.835.477	27,7%
Total	78.751.843	100,0%	78.751.843	100,0%
Ações em Circulação**	21.835.477	27,7%	21.835.477	27,7%

* Membros do Acordo de Acionistas.

** Total de Ações – Controladores membros do Acordo de Acionistas – Conselho de Administração – Diretores.

30/09/2009

Acionistas	ON	%	Total	%
Uchôa Cavalcanti Participações S. A.*	41.004.050	52,2%	41.004.050	52,2%
Moena Participações S.A.*	15.717.013	20,0%	15.717.013	20,0%
Marcel Cleófas Uchôa Cavalcanti*	342.566	0,4%	342.566	0,4%
André Cleófas Uchôa Cavalcanti*	324.366	0,4%	324.366	0,4%
Administradores e Conselheiros	45.207	0,1%	45.207	0,1%
Conselho de Administração	40.007	0,1%	40.007	0,1%
Diretores	5.200	0,0%	5.200	0,0%
Conselho Fiscal	0	0,0%	0	0,0%
Ações em Tesouraria	0	0,0%	0	0,0%
Outros Acionistas	21.151.864	26,9%	21.151.864	26,9%
Total	78.585.066	100,0%	78.585.066	100,0%
Ações em Circulação**	21.151.864	26,9%	21.151.864	26,9%

* Membros do Acordo de Acionistas.

** Total de Ações – Controladores membros do Acordo de Acionistas – Conselho de Administração – Diretores.

Em atendimento à Instrução CVM nº 358/2002, que dispõe sobre a necessidade de informar a posição acionária por espécie e classe de todo acionista que detiver mais de 5% das ações de cada espécie e classe do capital social da Companhia, de forma direta ou indireta, até o nível de pessoa física, apresentamos suas composições a seguir:

02101-6

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Private Equity C, LLC -

30/09/2010

Acionistas	ON	%	Total	%
Private Equity Partners C (Cayman) Ltd.	15.290.209	19,42%	15.290.209	19,42
Outros	63.461.634	80,58%	63.461.634	80,58
Total	78.751.843	100,00%	78.751.843	100,00%

GPCP4 - Fundo de Investimento em Participações -

30/09/2010

Acionistas	ON	%	Total	%
Cotistas do GPCP4-FIP	426.804	0,54%	426.804	0,54%
Outros	78.325.039	99,46%	78.325.039	99,46%
Total	78.751.843	100,00%	78.751.843	100,00%

Em 30/09/2010 éramos controlados pelo Sr. João Uchoa Cavalcanti Netto, por Private Equity Partners C, LLC e GPCP4 – Fundo de Investimento em Participações (em decorrência da incorporação da Moena por nós), que conjuntamente, naquela data celebravam o acordo de acionistas que se encontrava arquivado em nossa sede no qual se estabelece os termos e condições sobre as regras do exercício do direito de voto, sobre a nossa gestão ("Acordo de Acionista"). O nosso controle era compartilhado em condições de igualdade. Além dos nossos controladores, o Sr. André Cleófas Uchôa Cavalcanti possuía 5,24% de nossas ações, o Sr. Marcel Cleófas Uchôa Cavalcanti possuía 5,24% de nossas ações e a Sra. Monique Cleófas Uchôa Cavalcanti possui 5,20% de nossas ações.

Private Equity Partners C, LLC é uma sociedade devidamente constituída sob as leis de Delaware, Estados Unidos da América. Private Equity Partners C, LLC é detida pela Private Equity Partners C (Cayman), Ltd, sociedade devidamente constituída sob as leis das Ilhas Cayman que, por sua vez, é controlada por GP Capital Partners IV, L.P. ("GPCPIV" ou "Fundo"), fundo de investimento devidamente constituído sob leis das Ilhas Cayman.

O GPCPIV é um fundo que tem como finalidade realizar investimentos de private equity ou relacionados a private equity em empresas localizadas no Brasil ou com atividade comercial expressiva no Brasil e, em menor extensão, em outros países da América Latina, buscando controle, controle compartilhado ou participação minoritária influente nas empresas-alvo.

O GPCPIV é gerido pela GP Investments IV, Ltd. ("general partner"), subsidiária integral da GP Investments, Ltd., companhia aberta com sede nas Bermudas ("GP"). O general partner atua em sua administração (conforme os termos do Partnership Agreement firmado entre o general partner e os demais investidores do fundo, "Limited Partners"), possuindo total discricionariedade pelas decisões de investimento e desinvestimento do fundo. Os Limited Partners incluem, resumidamente, instituições de fomento internacionais, fundos de universidades, hedge funds, fundações familiares e investidores particulares.

A GP, além de controlar o general partner do GPCPIV, investe também no Fundo através da GP Private Equity, Ltd., sua subsidiária integral. A GP, como investidora indireta, detém cerca de 6,14% do total de ações emitidas pela Companhia e é controlada pela Partners Holdings, Inc., sociedade devidamente constituída sob as leis das Ilhas Virgens Britânicas que, por sua vez, não possui nenhum indivíduo cuja participação indireta na Companhia seja igual ou superior a 5%.

Caso o Sr. João Uchôa Cavalcanti Netto e a Sra. Monique Uchôa Cavalcanti de Vasconcelos alienem um número de ações equivalente, no mínimo, 75% das ações de sua titularidade em oferta pública, o Acordo de Acionista será automaticamente rescindido e passaremos a ter controle ativo. Nesse caso, passará a Private Equity Partners C, LLC a ser a nossa principal acionista com 19,42% de nossas ações.

02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10
---------	----------------------------	--------------------

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Cláusula Compromissória

Conforme Capítulo XI, artigo 45, de seu Estatuto Social, a Estácio Participações, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes no Regulamento do Novo Mercado da Bovespa, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa do Novo Mercado da Bovespa.

02101-6

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

Relatório de revisão dos auditores independentes

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da

Estácio Participações S.A.

Rio de Janeiro – RJ

Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais consolidadas – ITR da Estácio Participações S.A. e empresas controladas referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2010, compreendendo o balanço patrimonial consolidado, as demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, o relatório de desempenho e as notas explicativas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração.

Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia e de suas controladas quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais consolidadas; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia e de suas controladas.

Com base em nossa revisão não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais consolidadas acima referidas, para que estas estejam de acordo com o padrão contábil internacional, aplicável a preparação de Relatórios Financeiros Intermediários ("IAS 34") emitido pelo International Accounting Standards Board – IASB.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2010.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6-F-RJ

Fernando Alberto S. de Magalhães
Contador CRC - 1SP 133.169/O-0 - S - RJ

Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC - 1RJ 090.174/O-4

02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10
---------	----------------------------	--------------------

23.01 - DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS

Alteração no quadro 20 e inclusão das ações em tesouraria na composição acionaria da companhia.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUIDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
08	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO	4
08	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO	5
09	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	7
10	01	10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO	9
11	01	11 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/07/2010 a 30/09/2010	11
11	02	11 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2010 a 30/09/2010	12
06	01	NOTAS EXPLICATIVAS	13
12	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE	75
20	01	OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	88
21	01	RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL	91
23	01	DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS	92